

REVISTA

NÃO VALE

Edição IV Ano: 2019/2020



**Por respeito e
dignidade
nos trilhos**

Nossa história, página 20

A Vale e sua estratégia

uma síntese das ações econômicas, políticas e sociais da empresa

COMEFC

falta de transparência como estratégia para evitar fiscalização social e participação popular

Resistências

Diante dos projetos de desenvolvimento, comunidades organizadas barram mineradoras

A arte como ferramenta

de defesa dos direitos no corredor Carajás

Expediente

Direção de redação: Idayane Ferreira

Projeto gráfico: Stephenson Souza

Revisão: Roseane Arcanjo

Fotografias: Marcelo Cruz, Mikael Carvalho e arquivo JnT

Colaboradores: Ainá Oliveira, Antônio Guajajara, Bruno Milanez, Daniela Souza, Danilo Chammas, Dario Bossi, Domingos de Almeida, Joércio Pires, Lanna Luiza Silva, Larissa Santos, Marina Praça, Mateus Tainor, Mikael Carvalho, Rodrigo Salles, Sabrina Felipe, Sislene Costa, Uriel Menezes, Yasmim Sousa, Xico Cruz, Xóan Carlos Sánchez

Fale com a redação: imprensajnt@gmail.com
(99) 3538-0901

Impressão: Gráfica Santa Clara

Tiragem: 2.250 exemplares

Sumário

06 Minha experiência de militância

10 A Vale e sua estratégia

uma síntese das ações econômicas, políticas e sociais da empresa

17 COMEFC

falta de transparência como estratégia para evitar fiscalização social e participação popular

20 Nossa história

por respeito e dignidade nos trilhos

50 A arte como ferramenta

de defesa dos direitos no corredor Carajás

58 Resistências

diante dos projetos de desenvolvimento, comunidades organizadas barram mineradoras



Foto: Arquivo JnT

61 Crônica

mana, ajeita o cabelo que é para o rio gostar de ti

64 Entrevista

despertar para sonhar: uma outra realidade é possível

67 Nota

choramos com a Mãe Terra lágrimas de lama e sangue

70 Acervo

indicações da Justiça nos Trilhos

34 Linha do Tempo JnT

40 A justiça como instrumento de dignidade

42 Jnt e o papel da comunicação popular

44 Educação popular: diálogo com a sabedoria e a luta do povo

46 Desenvolvimento Agroecológico traz alternativas econômicas aos grandes projetos

48 Não deixem morrer a profecia!

Editorial

Há quase 11 anos a rede Justiça nos Trilhos (JnT), juntamente com comunidades e muitos outros atores país afora, vem denunciando as violações cometidas na região do corredor Carajás pela cadeia de mineração e siderurgia, em especial pela Vale S.A. São mais de cem comunidades (muitas delas seculares, incluindo povos indígenas e quilombolas) impactadas direta ou indiretamente por operações da mineradora nos estados do Maranhão e Pará.

A busca desenfreada por lucros cada vez maiores se materializa na irresponsabilidade criminosa e no descaso com as medidas de segurança que deveriam ser adotadas nas operações da empresa. O descaso também se reflete no descompromisso com a reparação integral dos danos socioambientais ocasionados pela atuação da Vale S/A.

Toda a destruição que vimos com o rompimento das barragens em Minas Gerais (Distrito de Bento Gonçalves e Brumadinho) vem ocorrendo em conta-gotas, diariamente, no corredor de Carajás: um atropelamento, uma passarela que cai, um igarapé destruído, casas rachando, violações diárias que destroem a natureza, deixam

mortos, mutilados e desabrigados.

A falta de segurança na travessia da EFC acarreta várias mortes todos os anos, as poluições do ar, do solo e sonora abalam a saúde das pessoas, além de causar danos irreversíveis ao meio ambiente. No Pará está a maior mina de minério de ferro do mundo, a S11D, cuja exploração vem gerando impactos graves na vida das comunidades locais. Essas são algumas das problemáticas que a atuação da Justiça nos Trilhos ajudou e tem ajudado a denunciar em espaços locais, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais.

A terceira edição da Revista Não Vale, além de apresentar as vozes de impactados e impactadas, também oferece um pouco da história da JnT. Idayane Ferreira e Larissa Santos contam como surgiu a rede, sua atuação, avanços e retrocessos, desafios passados e futuros. A equipe de JnT apresenta os diferentes enfoques das frentes de trabalho: educação popular, comunicação, assessoria jurídica e alternativas econômicas.

A reportagem da jornalista investigativa Sabrina Felipe aborda a falta de transparência e controle social do Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás, COMEFC (atual Con-

sórcio Intermunicipal Multimodal, o CIM). As estratégias corporativas da empresa Vale são analisadas pelo grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Xico Cruz e Mikael Carvalho narram sobre a arte como ferramenta de resistência e de denúncia e relembram espetáculos suscitados por meio da Justiça nos Trilhos.

Mateus Tainor conta sua experiência de militância e como cursista do grupo de Formação Política, curso realizado pela Justiça nos Trilhos durante dois anos e que reuniu jovens de diferentes comunidades do corredor Carajás. Enquanto a jornalista Daniela Souza mostra que é possível dizer não à mineração, expondo experiências positivas a favor dos direitos das comunidades em países da América Latina.

O Coletivo PingaPinga produziu uma história em quadrinho falando sobre mulheres e mineração e também uma entrevista-perfil sobre uma moradora do Piquiá de Baixo, a jovem Flavia Nascimento. Mariana Parça, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) nos agracia com uma crônica sobre as sutilezas e sabedorias das mulheres em luta contra os grandes empreendimentos.

No Acervo JnT encontram-se algumas das produções realizadas pela organização e por entidades parceiras, acumuladas durante esses anos de atuação. São vídeos, relatórios, cartilhas e outros materiais sobre temas que tratam de direitos humanos e impactos causados pelos grandes empreendimentos.

A nota de repúdio da rede Iglesias y Minería, IyM (Igrejas e Mineração), sobre o caso de Brumadinho, se solidariza com as vítimas e seus familiares e reforça que é preciso que os olhos se voltem para o rastro de destruição diária deixada pela Vale S.A em Minas Gerais, no Maranhão, no Pará e assim como em todos os outros cantos do mundo onde a empresa atua.

Ao longo desses anos, a Justiça nos Trilhos alcançou diversas conquistas, mas muitos também têm sido os desafios, principalmente com a atual conjuntura política que prevê a flexibilização da legislação ambiental e torna mais fácil a exploração e exportação dos recursos minerais, o que já tem significado o aumento de conflitos e de violações de direitos humanos. Ainda assim, a JnT segue lutando por acreditar em sua missão de defender a autodeterminação das comunidades em seus territórios.



MINHA EXPERIÊNCIA DE MILITÂNCIA

Mateus Tainor

Militante social

Sou Mateus Tainor, tenho 24 anos, nasci em Santa Rita-MA. Minha vida militante inicia na Pastoral da Juventude (PJ), da paróquia de Santa Rita de Cássia, no início de 2013. No final daquele ano, tenho meu primeiro contato com a rede Justiça nos Trilhos, a JnT, numa comunidade chamada Outeiro dos Pires, em Santa Rita. Na ocasião, fui convidado a participar representando a PJ em uma reunião de intercâmbio com pessoas de outro país. Fui a convite de duas pessoas muito especiais para mim, Valdemar Muniz (Nengo do Carriõ, in memoriam) e de minha prima, Aldenora Ferreira, que morava na comunidade.

No início de 2014, fui convidado para integrar a equipe encarregada

de construir uma organização social, que visava a discussão sobre a soberania popular na mineração. No final daquele ano, fui indicado para participar, pela rede Justiça nos Trilhos, da VIII Turma de Teoria Política Latino-Americana, Intifada, em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes.

De dezembro de 2014 a outubro de 2016, eu participei do Curso de Formação Política "Cidadania, Educação Ambiental e Direitos Humanos no Corredor Carajás", realizado pela JnT e o Grupo de Estudo Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), da Universidade Federal do Maranhão.

Participar dessa formação representou, para mim, vida, porque foi uma gama de experiência vivida e, como nós vivemos de experiência e o que fazemos delas é o que de fato somos, a formação política teve esse sentido para mim, de enxerto, de mais vida na minha vida. A formação me possibilitou conhecer a história do lugar em que nasci e me criei. Meu primeiro trabalho na formação foi fazer um levantamento dessa história. Aí foi que eu descobri que ela tem um potencial histórico muito bom de luta, que é para mim, hoje, exemplo e estímulo, porque mulheres e homens no passado lutaram para permanecer com seu modo de vida e com as suas vidas, simples, mas ricas e que tudo isso resultou em grandes conflitos. E que conflitos foram esses? Quem foram os atores? Quem eram os aliados? Tudo isso me fez refletir. Como esse povo teve tanta coragem? Qual o meu papel diante desse processo? Com a formação, eu pude abrir os olhos da minha consciência para enxergar as conquistas obtidas. Eu tenho plena consciência que eu nunca iria aprender o que sei hoje numa sala de aula, em nenhuma escola ou universidade do mundo. Ou ficado em casa, deitado no sofá, com a boca escancarada de dentes, esperando a morte chegar. A formação possibilitou muito isso, de conhecer a história, partindo da minha: criticar a realidade, desmitificar coisas, uma vez que somos formados, treinados, domesticados a entender as coisas de uma maneira muito violenta, porque é um conhecimento imposto. Eu aprendi sobre os impactos da mineração, o que as comunidades sofrem com as ações das mineradoras, que, num objetivo diabólico de acumulação, passam por cima de realidades, sonhos e conquistas, destruindo a Terra, as florestas, a vida das pessoas, destroem comunidades. Aprendi sobre a Vale e sua forma de atuação nas comunidades, como ela desrespeita as comunidades tradicionais e como ela se apresenta na cidade.

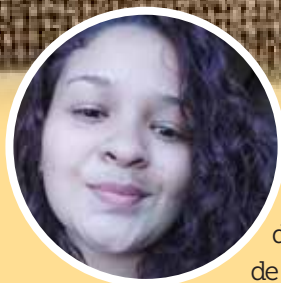
Conheci a história de luta e resistência de trabalhadoras e trabalhadores rurais que atuaram outrora para a garantia de conquistas, com o direito de permanecer no seu lugar e de ter vida digna. Me possibilitou entender a questão agrária, a questão da terra e dos conflitos, me questionar porque existem conflitos e em torno do que giram os conflitos. E foi

pesquisando, conversando e observando que pude constatar que a terra é esse ponto central, os fazendeiros querem mais terra para terem mais dinheiro e terem mais lucro e os trabalhadores querem terra para viver, trabalhar, morar, se sustentar.

Foi a partir do entendimento da minha realidade que eu fui me interessar pelas outras realidades. Eu não via sentido em ter que estudar a Balaiada, colonização, revolta de Beckman, etc. Eu nunca tinha tido interesse em estudar isso na escola, porque lá nós íamos direto para essas temáticas e acabava o ano e não sabíamos de nada da nossa realidade. Daí, nós íamos estudar história e estudávamos Egito, fenícios, caldeus, etc.. Essas coisas não me estimulavam em nada, porque eu imaginava que, como já tinham acontecido há “trocentos anos atrás”, não me influenciariam em nada. Aí chega a formação política e me faz ver tudo de uma outra forma, em que, a partir da minha realidade, é que vou perceber que minha história não é isolada, ela tem um início e esse não é aqui. Foi aí que me apareceu o interesse pela história que as pessoas chamam de geral. Eu fui aprender tudo o que sei hoje no “colégio da vida”, na sala “Justiça nos Trilhos”, na disciplina Formação Política. Fui entender os processos de luta de Santa Rita, do Maranhão, do Brasil, da América Latina e do mundo e suas conquistas para a classe trabalhadora. Eu dizia que não gostava de política e nem me dava conta do que dizia. Gosto de viver e na formação eu pude compreender a política enquanto vida. Conheci muitas realidades: locais, regionais, nacionais e internacionais. No início, eu sofri muita resistência por parte da minha mãe, que não aceita até hoje a minha atuação nos espaços, porque ela acha perigoso e, de fato, é, porque, infelizmente, quem assume o lado das causas sociais e dos pobres é perseguido e morto. Um exemplo bem conhecido disso tudo é Jesus, meu maior exemplo de ativista e militante, mas é graças à formação política que tenho uma convicção de fé, que, se não for para ver os frutos da revolução, prefiro morrer semente.

São Luís-MA, 05 de outubro de 2018.

DEPOIMENTOS



Aldenora Ferreira

A formação política foi além dos momentos de construção e de preservação de nossas identidades, foi uma grande família, e continua a ser!



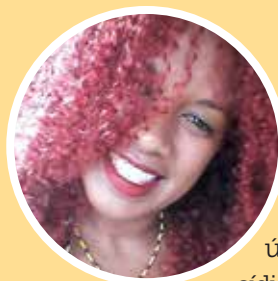
Francivania Silva

Contribuiu para mim na melhor forma de defender o gosto, a natureza e seus encantos, ou melhor dizendo, a força da mãe terra, pois sou militante e luto pelo bem viver dos povos e comunidades que tem seu modo de vida natural, sem intervenções artificiais. Assim vou semeando o que aprendi e o que já sabia para outras pessoas que estão desanimadas também, cabe a mim resgatá-las. Obrigada por essa porta de entrada para ter vez e voz para falar e até mesmo chegar a gritar: Aqui é meu lugar!



Rosiane Cardoso

A formação política é um espaço onde aprendemos a nos colocar no lugar do outro, onde mostramos e vemos a forma como as empresas nos atingem e, assim, aprendemos uns com os outros como lutar e como seguir firmes nas nossas lutas. É também onde mostramos as nossas dificuldades e que temos nossos direitos desrespeitados pra além das nossas comunidades e, assim, percebemos que não estamos só na luta.



Dayanne Santos

A formação política é um espaço onde as pessoas se reúnem para lutar contra o genocídio dos povos e comunidades tradicionais no Maranhão. É um espaço onde se faz parir a voz do povo.



Uriel Menezes

Todos aprendemos e sabemos ao longo dessa caminhada de formação política que a dominação tem muitas formas de ser lida. Agronegócio, mineração: em desuso para o uso da palavra exploração. Estado e o capital são assassinos carnisais e espirituais. A problemática da mineração, assim como a do latifúndio, vem exaurindo a vida e tantas vidas vitimizadas pela fabricação do genocídio e suas rotas comerciais sanguinárias.



A VALE E SUA ESTRATÉGIA:

uma síntese das ações econômicas,
políticas e sociais da empresa¹

Bruno Milanez e
Rodrigo Salles

Pesquisadores do Grupo Política, Economia,
Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)/UFJF

Alguns conceitos para se estudar estratégias corporativas

Este texto analisa o comportamento da Vale S.A. Recentemente, seus acionistas vêm exigindo o pagamento de dividendos crescentes, enquanto a empresa vem perdendo capacidade de gerar receita com a exportação de minério, principalmente devido à intensificação da concorrência. Nesse cenário, a Vale vem modificando suas práticas, de forma a reduzir custos e aumentar sua margem de lucro.

A análise se apoia na teoria das Redes Globais de Produção (RGPs), buscando compreender como as corporações tentam aumentar sua competitividade ao se

relacionar tanto com agentes econômicos (fornecedores e clientes) como com agentes não econômicos (Estado, trabalhadores e movimentos sociais), observando três elementos principais de sua atuação: valor, poder e enraizamento.

Tradicionalmente, análises sobre as relações entre empresas enfocam apenas o valor monetário, isto é, receita em dinheiro. Dessa forma, a teoria das RGPs busca entender como as empresas geram, agregam ou capturam valor monetário. No caso das mineradoras, no entanto, uma vez que o minério já existe no subsolo, podemos dizer que elas não criam valor, mas

1 - Este texto resume alguns dos principais pontos discutidos em Milanez, B.; Santos, R.S.P.; Magno, L.; Wanderley, L.J.M.; Mansur, M.S.; Giffoni Pinto, R.; Gonçalves, R.J.A.F.; Coelho, T.P. (2018) A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 2(2), 1-44. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2018-A-Estrat%C3%A9gia-Corporativa-da-Vale-versos.pdf>

apenas o extraem. Além disso, podemos ampliar esta noção também para valores não-monetários (por exemplo, água limpa, ambiente preservado, tranquilidade, etc.), pois nem sempre o que as comunidades valorizam pode ser traduzido em dinheiro. Nesse sentido, as empresas também “destroem valor”, quando poluem as águas, degradam o ambiente, induzem o aumento da violência, etc.

O poder consiste na capacidade de um agente influenciar a decisão de outro, podendo ser exercido por empresas (corporativo), por governos (institucional), e até mesmo por trabalhadores e movimentos sociais (coletivo). Além disso, ele pode ser exercido de diferentes formas, seja influenciando as decisões públicas, evitando que questionamentos de grupos específicos se tornem públicos, ou mesmo impedindo que se formem e que determinados grupos afetados se deem conta de tais impactos.

Por fim, o enraizamento diz respeito às condições que influenciam o exercício de poder e de obtenção de valor pelas empresas. O enraizamento pode estar relacionado a diferentes aspectos: à cultura do país onde a empresa se constituiu, ao modo de operação de outras empresas ligadas ao setor, à legislação ou mesmo às condições físicas (relevo, infraestrutura instalada) dos locais onde a empresa opera.

Assim, a estratégia de uma empresa é o conjunto das iniciativas para mudar suas condições de enraizamento, aumentar o seu poder (ou diminuir o de outros) e ampliar a sua capacidade de obter valor. A estratégia pode ser planejada, mas também pode ser identificada como uma série de práticas repetidas porque “sempre se fez assim”, ainda há situações em que

uma estratégia pode ser apenas “não fazer nada”, de forma a não alterar sua situação.

Considerando os efeitos das estratégias das empresas sobre agentes econômicos e não econômicos, agrupamos as estratégias de empresas mineradoras em seis grupos diferentes: de mercado, institucionais, comunitárias, financeiras, de relações de trabalho e territoriais.

AS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA VALE



Estratégia de mercado

A Vale é uma empresa com elevada concentração da produção, locais de extração e consumidores. No tocante aos seus produtos, ela os organiza em três grupos: minerais ferrosos (74% da receita operacional)², metais básicos (20%) e carvão (6%). Todo o minério de ferro da Vale é extraído no Brasil, principalmente no Pará (46%) e em Minas Gerais (53%). Com relação aos metais básicos, os principais minérios são níquel (Canadá, Indonésia e Nova Caledônia) e cobre (Brasil e Canadá). Por fim, a extração de carvão ocorre exclusivamente em Moçambique.

Do ponto de vista do consumo, a maior parte dos minérios extraídos pela Vale são exportados; em 2017, o Brasil respondeu por apenas 10% da receita da empresa. Do minério exportado, o ferro (71%) e o níquel (45%) são majoritariamente exportados para a Ásia, enquanto o cobre é consumido tanto por países europeus quanto asiáticos.

.....
2 - Todos os números e percentuais apresentados se referem ao ano de 2017.

Considerando a relevância do minério de ferro nas vendas da Vale e a importância da China, a empresa sofre grande concorrência das mineradoras localizadas na Austrália (BHP Billiton, Rio Tinto e Fortescue), muito mais próximas do mercado consumidor. Entre os anos 2001 e 2017, enquanto a participação do Brasil nas importações chinesas diminuiu de 29,8% para 22,7%, a Austrália aumentou sua fatia no mercado chinês de 37,7% para 60,8%.³ Essa perda de participação no mercado mais importante do mundo criou grande pressão sobre a Vale para se tornar mais competitiva.



Estratégia financeira

Devido ao seu passado estatal (enraizamento), a Vale é uma empresa privilegiada, possuindo as principais reservas de minério de ferro do país e mantendo relações com importantes agências governamentais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um de seus principais financiadores até anos recentes.

Entretanto, com o fim do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e, consequentemente, com a redução do papel do BNDES como promotor das “campeãs nacionais”, a Vale precisou ampliar sua capacidade de obter recursos de investidores privados nos mercados financeiros de distintos países. Dessa forma, para melhorar sua “confiança” nesses mercados, a empresa precisou fazer alterações na sua estrutura, diminuindo a participação do BNDES e dos fundos de pensão brasileiros nas decisões da empresa e aumentando a

importância de fundos de investimento e outros atores ligados ao setor financeiro.⁴

Para tanto, foi importante ampliar a lucratividade da empresa e a transferência desses lucros para os acionistas (dividendos), de forma a garantir recursos financeiros para futuros investimentos. Por exemplo, entre 2016 e 2017, embora o resultado operacional da empresa tenha crescido 26%, os dividendos pagos aumentaram 38%.

Em síntese, o poder da Vale sobre seus acionistas é baixo e vem diminuindo. Investidores do mercado financeiro são pouco fiéis, e se a empresa não gerar os resultados esperados, podem simplesmente vender suas ações, diminuindo o valor da empresa e tornando mais difícil para ela obter financiamento para novos projetos.



Estratégia institucional

Ao se relacionar com o Estado, a Vale detém níveis elevados de poder, tanto pelo volume de recursos econômicos que mobiliza, quanto por sua imagem pública. Além disso, ela exerce seu poder de diferentes formas, dependendo da esfera de governo (federal, estadual ou municipal).

O governo federal é um de seus principais interlocutores, em razão de o subsolo ser um monopólio da União e somente o governo federal pode conceder o direito de explorar os minérios. Assim, representantes da Vale foram muito atuantes em Brasília durante as discussões do novo Código Mineral, assim como nos debates em torno das legislações que têm forte influência no enraizamento das empresas e na sua capacidade de exercer poder e capturar valor.

3-<https://www.trademap.org/>

4-Para uma discussão detalhada sobre esse processo na mudança da estrutura acionária da Vale, recomendamos a leitura de Santos, R. S. P. (2017) A nova governança corporativa da Vale S.A.: um percurso político em direção à “true corporation”. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(4), p. 1-20.

O chamado **lobby**, isto é, o acesso às instâncias de poder para tentar influenciar suas decisões, tem sido rotineiramente utilizado. Por exemplo, a Vale fez lobby quando participou das reuniões organizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para a elaboração do Plano Nacional de Mineração, em 2010, e quando um escritório de advocacia, que trabalhava para ela, editou uma das versões do Código de Mineração, em 2015.

Lobby é uma palavra de origem inglesa e que significa "antessala" ou "salão". O termo é comumente utilizado para designar um grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, que se organizam em torno de um objetivo em comum e tentam interferir nas decisões do poder executivo e legislativo para que estas coincidam com os seus interesses.

Muitas vezes, estar presente no momento das decisões não é suficiente. Assim, até 2014, uma das principais estratégias usadas pela Vale era o financiamento de campanhas eleitorais de agentes dos poderes Executivo e Legislativo. Por exemplo, a Vale foi a principal mineradora financiadora de campanhas em 2014, contribuindo com R\$ 22,6 milhões para comitês de partidos.

A proibição pela justiça de doações para campanhas a obrigou a alterar suas estratégias. Dessa forma, em 2015, o governo Michel Temer nomeou ex-funcionários e consultores da Vale para os cargos-chave do MME, o que é conhecido como "porta-giratória". Apesar de não ser um procedimento ilegal, é bastante questionável, já que implica a possibilidade de maior influência das empresas sobre os órgãos que as regulam.



Estratégia Territorial

A estratégia territorial compreende as ações voltadas ao controle do espaço, dos recursos, dos bens e de pessoas nos territórios nos quais as empresas atuam. O controle de fluxos é especialmente relevante, diante das necessidades da Vale de ampliar a escala e a velocidade de seu acesso a mercados, assim como de administrar os fluxos de pessoas e mercadorias. Assim, se a empresa investiu pesadamente na "duplicação" da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e na constituição de um sistema de transporte transoceânico, apoiado em centros de distribuição na Ásia, de um lado; de outro, ela vem restringindo a circulação de pessoas, particularmente em torno das infraestruturas da empresa, fazendo uso de muros, avisos proibitivos, cercas, etc.

Outro conjunto importante de táticas diz respeito ao domínio das áreas, principalmente por meio da aquisição de terras, desapropriação e deslocamento compulsório nas áreas de servidão. Tais práticas buscam tanto garantir o acesso aos recursos minerais como "limpar" o território do entorno, redu-

zindo riscos de contestação e resistência às operações, como se observa no município de Canaã dos Carajás (PA), em áreas de expansão, por meio do Projeto S11D.

A Vale também defende seus interesses ao utilizar táticas de planejamento privado do espaço, mobilizando Estudos de Impactos Ambientais e influenciando planos diretores urbanos (como no município de Marabá, PA, em 2010), planos de manejo de unidades de conservação, zoneamentos econômicos-ecológicos (como o realizado para o Sudeste do Pará, em 2007). Nesse caso, a empresa consegue representar os territórios nos quais atua como espaços vazios, silenciando comunidades e práticas ameaçadas.

Por fim, são utilizadas ainda mudanças nas escalas espaciais de gestão. Essa prática foi muito comum no passado, principalmente no Pará, com o incentivo à formação de novos municípios, que fortaleciam elites locais vinculadas à empresa. Mais recentemente, algo de mesma natureza ocorreu em Minas Gerais e Espírito Santo, com a criação da Fundação Renova, que se tornou a gestora do rio Doce, uma “unidade de planejamento” que extrapola os limites de municípios e estados.



Estratégia de relação de trabalho

O salário dos empregados é um importante fator de custo para a Vale e as relações de trabalho são uma das frentes nas quais há maior potencial para a empresa controlar a geração, a ampliação e a captura de valor.

Em primeiro lugar, são empregadas táticas de captura ideológica, por meio de cursos, palestras, bem como intensa propaganda para o público interno. A criação do “orgulho” de ser Vale diminui a crítica dos trabalhadores à empresa e isso é fundamental não apenas para distribuir de forma desigual os ganhos de produtividade⁵, mas também para reduzir os investimentos em manutenção e segurança do trabalho, sem gerar grandes conflitos internos. O controle sobre os sindicatos é parte essencial dessas práticas, sendo especialmente relevantes o apoio à constituição e sustentação de diretorias sindicais alinhadas a seus interesses na região de Carajás (PA) e em Moçambique, pouco propensas a manifestações e greves.

Outro conjunto de práticas encontrado na empresa é a subcontratação de trabalhadores em condições precárias. Por exemplo, em Moçambique, a Vale subcontratou 115 trabalhadores filipinos e sul-africanos, que viviam em residências superlotadas, em más condições de saúde e alimentação, além de

5 - Em 2017, a remuneração média anual de um diretor da Vale foi de R\$ 12,4 milhões, ou seja, mais de R\$ 1 milhão por mês.

receberem salários com atraso. De forma semelhante, em Itabirito (MG), o Ministério do Trabalho identificou condições degradantes de motoristas que trabalhavam em mina da Vale. Ainda nesse sentido, mudanças na legislação trabalhista retiraram a obrigatoriedade da Vale, assim como de outras mineradoras, de remunerarem as horas **in itinere** dos trabalhadores.⁶



Estratégia social

A estratégia social busca influenciar as formas de pensar e sentir da sociedade em relação à empresa. Visto que a Vale faz uso de um volume elevado de recursos naturais e que parte de seus custos é suportada pela sociedade sob a forma de poluição, suas atividades tendem a gerar conflitos com as comunidades do entorno, de maneira que a empresa precisa de estratégias específicas para “mediar o descontentamento” e reduzir a crítica social.

Tradicionalmente, a estratégia social é associada a práticas “positivas” das empresas (atividades culturais e educacionais, por exemplo) no âmbito de seus programas de “Responsabilidade Social”, que buscam principalmente legitimar a empresa junto à sociedade. Nos últimos anos, a Vale tem se concentrado em melhorar sua imagem também junto à comunidade científica. Ela não apenas criou o Prêmio Vale, junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, como também vem fazendo parcerias com diferentes Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa para, como no caso de Minas Gerais, financiar pesquisas científicas que atendam aos seus interesses.

Por outro lado, algumas táticas adquirem caráter negativo e punitivo. Nesse sentido, a Vale também lança mão de instrumentos jurídicos (como o **interdito proibitório**) para prevenir manifestações contra ela, ou práticas de coerção e constrangimento, como foi o caso de espionagem de movimentos sociais denunciado em 2013.

O tempo gasto pelo empregado em transporte fornecido pelo empregador, de ida e retorno, até o local da prestação dos serviços de difícil acesso e não servido por transporte público regular.

Mecanismo processual de defesa utilizado para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. É um instrumento ágil e rápido que a Justiça Comum utiliza principalmente contra ocupações de imóveis ou propriedades rurais.

6 - Até a reforma trabalhista, as empresas eram obrigadas a remunerar os trabalhadores pelo tempo gasto até o local de trabalho, quando esse se situava em locais de difícil acesso. Com o fim dessa obrigação, existe o risco de que a remuneração dos trabalhadores seja reduzida entre 10 e 20%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vale é uma organização complexa que, para desenvolver suas operações, precisa interagir com diferentes grupos: consumidores, concorrentes, Estados, trabalhadores, comunidades, etc.

Do ponto de vista de mercado, a dependência em relação ao minério de ferro e à China torna a Vale vulnerável. Como os consumidores chineses podem comprar minério de empresas australianas, mais próximas, a Vale tem menor poder de barganha para definir preços, reduzindo sua capacidade de capturar valor a partir do preço de venda.

No que diz respeito ao financiamento, investidores privados tendem a ser mais exigentes e impacientes que investidores públicos, simplesmente vendendo suas ações caso uma empresa demore mais do que o esperado para apresentar os resultados esperados. Dessa forma, a Vale vem adaptando suas operações para obter melhores resultados no menor tempo possível e, para tanto, lança mão de estratégias institucionais para mudar suas condições de enraizamento e para capturar mais valor, seja em relação aos trabalhadores, às comunidades ou ao meio ambiente.

Na relação com o Estado, seu poder econômico, muitas vezes, a torna "parceira-financiadora" de quase todos os governos municipais nas cidades em que atua. Porém, nos níveis federal e estadual, sua influência precisa ser mais estruturada, exigindo táticas mais sofisticadas, como o lobby e a porta giratória. Outra forma

de alterar as condições de operação se dá por meios de sua estratégia territorial, de modo que o controle dos fluxos e a dominação do espaço pela empresa criam condições favoráveis à sua atuação.

Uma vez criadas tais condições, a empresa pode investir sua energia nas relações de trabalho. A análise da Vale mostra o quão desigual pode ser a relação de poder entre uma corporação e seus trabalhadores. Como consequência disso, por meio da formação de uma "cultura pró-empresa" e pelo processo de precarização do trabalho, ela extrai uma parte considerável de seus resultados econômicos.

Outra frente importante de obtenção de valor se dá pela externalização de custos e pela destruição do valor não monetário (poluição, desestruturação social, etc.). Nesse sentido, práticas de "Responsabilidade Social", bem como ações punitivas, são importantes formas de gestão da contestação social.

A Vale vem se reorientando, de modo acelerado, para transferir parcelas crescentes de valor a seus acionistas. Considerando o valor distribuído pela empresa no Brasil em 2017 (US\$ 18,5 bilhões), os trabalhadores receberam 7% e as comunidades (dispêndios sociais) ficaram com apenas 1%; por outro lado cerca de 20% foram entregues aos "provedores de capital" (acionistas e bancos). Dessa forma, conhecer a empresa e suas formas de atuação é uma etapa fundamental para discutir suas práticas e pressionar por mudanças em sua atuação.

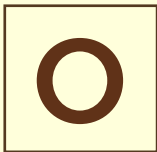


COMEFC:

falta de **transparência** como estratégia para evitar **fiscalização** social e **participação** popular

Sabrina Felipe

Pesquisadora e repórter independente



COMEFC – Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás – foi criado em 2013 por prefeitos e prefeitas de 22 municípios do Maranhão que, segundo consta em apresentações oficiais, não aceitavam o cenário de exploração e degradação sem contrapartida nem mitigação protagonizada pela mineradora Vale, ao longo dos seus 30 anos de operação em solo maranhense. Unidos em um consórcio – argumentavam os prefeitos – teriam mais força para cobrar da mineradora aquilo que ela devia aos municípios e à população.

Com cinco anos de existência, completados em abril de 2018, o COMEFC, consórcio público, tem em seu histórico de atuação duas realidades que o estruturam, mas que nunca aparecem nas postagens auto-elogiosas feitas em sua página oficial de Facebook e em declarações de seus dire-

tores e atual presidente à imprensa: a falta de transparência sobre como atua e a falta de participação popular nas suas decisões.

Gestão privada de dinheiro público

A rede Justiça nos Trilhos (JnT), que trabalha na defesa de comunidades afetadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) no Maranhão, vem, desde 2016, tentando obter informações sobre contratos, atas de reuniões, licitações e outros documentos que mostrem de que forma o COMEFC gere e aplica as verbas públicas que recebe para implementar projetos nos 22 municípios consorciados. Por se tratar de um consórcio público, o COMEFC é obrigado por lei a prestar contas de suas atividades. Sem

acesso a essas informações, é praticamente impossível que a população afetada pela EFC – principal interessada na atuação do COMEFC – tenha qualquer possibilidade de fiscalizar o consórcio e participar de suas decisões. “Fizemos um ofício em nome da JnT e protocolamos no COMEFC. Passamos muito tempo sem resposta. Depois de alguma insistência por telefone, eles pediram que a gente se identificasse com documentos formais, como CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] e atos constitutivos. Nós esclarecemos que não precisávamos apresentar essa documentação porque a Lei de Acesso à Informação (LAI) não prevê isso. Frisamos que impedir e criar transtornos para a pessoa ter acesso à informação era punido pela lei. Acabamos apresentando os documentos. Mas mesmo depois disso, eles ficaram no silêncio”, relata a advogada Caroline Rios Santos, assessora jurídica da rede Justiça nos Trilhos, em história publicada no livro “Identidade Revelada”, da ONG Artigo 19, que atua na defesa do direito universal de acesso à informação. Lançado em maio de 2018, o livro apresenta 16 histórias de comunicadores e defensores de direitos humanos que relatam as dificuldades e ameaças sofridas ao tentarem acessar informações públicas.

Mandados de segurança

Após esperar meses sem qualquer resposta, a JnT decidiu impetrar um mandado de segurança com base na LAI e na Constituição Federal. O pedido foi negado pelo juiz, que entendeu se tratar de requerimento de produção de provas, o que não é possível fazer por meio do mandado de segurança. A JnT recorreu da decisão e o

juiz reconheceu que não havia qualquer pedido de produção de provas. Ainda assim, resolveu extinguir o processo, alegando que a instituição não explicou o que faria com as informações e nem deixou claro que havia malversação de dinheiro público por parte do consórcio. Diante do insucesso em primeira instância, a JnT apresentou recurso de apelação. Fazer exigências ou questionar o motivo pelo qual se busca a informação é incompatível com a Lei de Acesso à Informação, que garante que essa justificativa não é necessária para a realização do pedido, que não deve ser condicionado.

Os advogados da entidade fizeram novo pedido de acesso às informações, dessa vez em nome próprio e diretamente ao COMEFC. Mais uma vez o consórcio sonegou informação pública. Diante da negativa, os advogados da JnT, em causa própria, impetraram mandado de segurança em face da presidente do COMEFC, Karla Batista Cabral, prefeita de Vila Nova dos Martírios, e de seu diretor administrativo, Dilton Carvalho Ribeiro.

Neste mandado foram solicitados o convênio geral firmado entre o COMEFC e a empresa Vale no ano de 2013; eventuais convênios firmados entre o COMEFC e a Vale S.A, posteriores à fundação do consórcio até aquele momento; os convênios celebrados com todos os municípios atravessados pela EFC desde a data de fundação do consórcio até aquele momento; e os contratos de projetos celebrados via consórcio com respectivos planos de trabalho, cronograma físico-financeiro e planilha de valores e preços firmados entre prefeituras e a Vale até o momento.

A JnT finalmente conseguiu, em agosto de 2017, que o juiz determinasse a apresen-

tação dos documentos, sob pena de multa de mil reais por dia por atraso no envio das informações. Mesmo com a fixação da multa, o COMEFC só apresentou os documentos, solicitados em julho de 2018, quase um ano depois de ser obrigado pelo juiz a fazê-lo.

Documentos insuficientes

A JnT analisou as mais de duas mil páginas de contratos e projetos enviadas pelo consórcio: foram 112 contratos de 22 municípios, celebrados entre os anos de 2014 e 2018 com a Vale, contemplando obras e aquisição de bens em seis áreas da administração pública: saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, esporte e obras hidráulicas. Nenhum contrato celebrado em 2017 foi enviado. De imediato, a JnT constatou que todos os 112 contratos enviados estavam incompletos, carecendo dos anexos que os compõem de forma indissociável. Além disso, o COMEFC não enviou o convênio geral firmado com a Vale em 2013 e nem eventuais convênios firmados depois da fundação do consórcio. Outras conclusões da análise, feita pela JnT, confirmam a falta de transparência estrutural e estruturante do consórcio:

- Nenhum contrato estava acompanhado de documentos que indicassem ou provassem que houve processo licitatório para a compra de materiais, equipamentos, contratação de serviços de consultoria, construção e outros;
- Todos os cronogramas de obra apresentados careciam de especificidade, precisão e discriminação detalhada de itens;
- Grande parte dos orçamentos deta-

lhados não citavam a fonte para a base de cálculo dos valores de produtos e serviços apresentados. Sem bases de referência, não é possível saber se os valores praticados estão aquém, além ou dentro das margens de gastos compatíveis com obras públicas;

- Doze contratos tiveram a leitura prejudicada em função da má qualidade da impressão (letras diminutas, tinta fraca ou página desconfigurada) ou mesmo pela ausência de páginas.

A falta de transparência é estratégia central de agentes públicos e privados para que consigam implementar seus objetivos não declarados, sem serem interpelados pela sociedade civil e pelos órgãos de fiscalização. A falta de transparência é justamente um dos objetos de investigação do inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (MPE) em 2017 sobre o COMEFC. O inquérito tem como base denúncias feitas pela JnT, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre o consórcio. Além da falta de transparência do COMEFC, o MPE apura falta de participação pública, falta de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), indícios de improbidade administrativa dos diretores do consórcio, de ilegalidade em licitações, de malversação de dinheiro público e de desvio de conduta dos seus diretores na própria criação do consórcio.

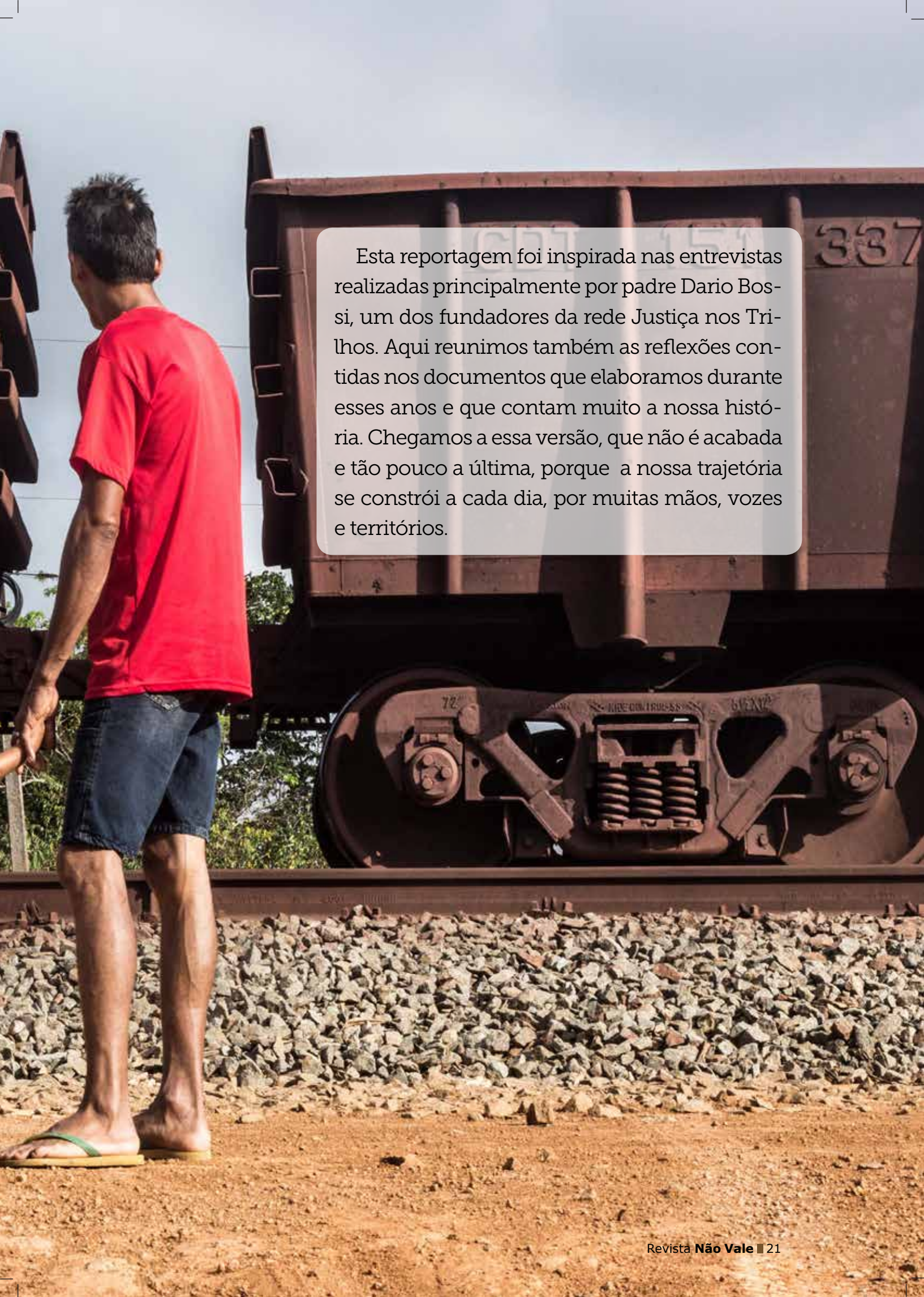
Em 2018, sem mudar de CNPJ, o COMEFC mudou de identidade visual, de logomarca, de endereço de sede, de conta no Facebook e até de nome, passando a se chamar CIM (Consórcio Intermunicipal Multimodal). A embalagem é nova, mas a falta de transparência e de participação pública estrutural, que marca a atuação do consórcio desde sua criação, ainda é a mesma.

Por respeito e dignidade nos trilhos

Com mais de dez anos de atuação, a rede Justiça nos Trilhos gerou forças, ideias e mudanças, ao denunciar as mazelas das indústrias siderúrgicas e mineradoras no PA e MA.

Idayane Ferreira e
Larissa Santos

Comunicadoras da Justiça nos Trilhos



Esta reportagem foi inspirada nas entrevistas realizadas principalmente por padre Dario Bossi, um dos fundadores da rede Justiça nos Trilhos. Aqui reunimos também as reflexões contidas nos documentos que elaboramos durante esses anos e que contam muito a nossa história. Chegamos a essa versão, que não é acabada e tão pouco a última, porque a nossa trajetória se constrói a cada dia, por muitas mãos, vozes e territórios.

A entrevista foi concedida aos jornalistas Roseane Arcanjo e Mikael Carvalho para o Ebook "Um grito no ar: comunicação e criminalização dos movimentos sociais" da Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação (UnB/FAC).

Ebook disponível:
<https://bit.ly/2RvdzuR>

A rede Justiça nos Trilhos (JnT) tem se consolidado na defesa dos direitos de comunidades e contra os impactos da mineração nos territórios da Amazônia, sobretudo nos estados do Maranhão e Pará. Para entender seu surgimento é necessário retornar aos anos 1990, quando os missionários combonianos chegaram em Açailândia (MA), há 550 km da capital maranhense, São Luís. Naquela época, a casa comboniana, localizada no bairro Piquiá de Cima, recebia jovens vocacionados.

A Igreja Católica, por meio dos combonianos, oferecia assistência pastoral aos moradores do bairro Piquiá de Baixo como explicou Dario Bossi, padre comboniano, em **entrevista de 2017**: "não se ignorava o que a população sofria. Talvez eu possa dizer que não se focava especialmente a poluição, a nossa presença e da Igreja Católica estava voltada para o contexto de extrema pobreza daquela comunidade em todos os sentidos. Era uma comunidade que sofria o desemprego, as condições de urbanização eram as mais precárias, a instabilidade social da comunidade era grande. Era a comunidade urbana mais distante do centro da cidade. Nossa presença missionária estava atenta a todas essas dimensões".

A campanha

Os missionários combonianos acompanhavam a paróquia São João Batista desde 1992. O território dessa Paróquia abrange a área industrial de Piquiá, os assentamentos da área rural e a região urba-

na, por um total de 30 comunidades eclesiais. Bossi só chegaria a Piquiá no ano de 2007. Juntamente com outros combonianos, tinha "a missão de abrir uma nova frente de defesa do meio ambiente", num processo territorial amplo que deveria agregar comunidades ao longo do Corredor Carajás. Estavam amadurecendo a ideia de uma campanha, quando foram estimulados por Edvard Dantas Cardeal, na época presidente da As-



Moradores de Piquiá de Baixo interditam a BR 222, em Açailândia (Foto: Marcelo Cruz)

A ferrovia Carajás transforma o cotidiano das famílias, causando uma série de violações de direitos (Fotos 1-3: Marcelo Cruz)

sociação de Moradores de Piquiá, a direcionar o trabalho para um foco mais socioambiental, inserindo Piquiá de Baixo como prioridade.

O primeiro desafio foi conectar os movimentos e entidades que já atuavam no território. “Cada uma atuava de maneira relativamente isolada e o Corredor de Carajás não tinha sido identificado como um contexto comum de atuação”, esclareceu Dario Bossi. O segundo dizia respeito à “resistência das pessoas e até da igreja com respeito a esses temas”. Vencidos os desafios iniciais, começou-se a constituição de alianças, pesquisa e documentação.

Segundo explicou o advogado Guilherme Zagalho, em texto da primeira edição da Revista Não Vale, no ano de 2008, “a campanha trabalhou ‘nos bastidores’ para articular-se e fortalecer-se, sem sair muito ao público”. Bossi aponta que “era algo novo e tínhamos a necessidade de cavar espaços, de ter credibilidade, de ajudar as pessoas a darem voz ao seu descontentamento. Era compreender as conexões entre os vários desafios que as comunidades sofriam e como que essas relações, de que eram vítimas, faziam referência aos mesmos autores do projeto que chamamos de Grande Carajás”.

E foi assim que nasceu a Justiça nos Trilhos. Composta inicialmente por sete entidades e movimentos sociais que compunham também sua coordenação executiva: Missionários Combianos Nordeste, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Fórum Carajás, Fórum Reage São Luís, Cáritas Regional Maranhão, Sindicato dos Ferroviários de PA-MA-TO e a CUT Maranhão.

No primeiro folder de divulgação, a campanha apresentava entre seus objetivos: “avaliar o impacto real das atividades da Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás” e “debater sobre a construção de mecanismos jurídicos e políticos que possibilitem a internalização de recursos da Vale, de forma a alavancar o desenvolvimento susten-



Por onde os trilhos passam fica um legado de pobreza e destruição
(Foto: Marcelo Cruz)



tado das comunidades impactadas pela ação da multinacional”.

Apontava ainda alguns “mecanismos imediatos de redistribuição dos recursos de que a Vale se apropriou”: o pagamento das indenizações por todos os danos cometidos a pessoas ou estruturas; a efetivação das compensações ambientais obrigatórias, que não foram cumpridas pela mineradora e o reestabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Participativo, que existia antes da empresa ser privatizada, em 1997, prevendo uma percentagem fixa dos lucros anuais da Vale para projetos de promoção social.

Fórum Social Mundial e o fortalecimento em redes

As alianças foram se multiplicando e houve uma rápida adesão de outros grupos, entidades e movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais, como por exemplo, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o sindicato canadense dos Metalúrgicos Unidos (United Steelworkers – USW, na sigla em inglês), que reúne trabalhadores de vários países onde há atuação e conflitos com a mineradora Vale S.A. Muitas alianças foram conquistadas a partir do Fórum Social Mundial (FSM), que ocorreu de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, na capital do Pará, Belém.

O evento, que acontece desde 2001, é um espaço de debate, encontro e construção de alianças entre diferentes atores sociais ao redor do mundo. Naquela nona edição, estiveram reunidas cerca de 120 mil pessoas de 150 países, que trocaram experiências e formularam ações alterna-

tivas no combate aos problemas sociais, em “defesa da natureza e de seus povos originários, a preservação do planeta e seus recursos naturais e o acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza”, segundo o site oficial do FSM daquele ano.

A escolha do local para o FSM foi motivada pela “importância da região Pan-amazônica, onde a cidade [Belém] está localizada, a necessidade de chamar a atenção da população mundial para a urgência dos problemas regionais e a comemoração do Dia da Pan-amazônia, em 28 de janeiro”, explicava o texto de apresentação do evento. Durante aquela semana foram oferecidas várias atividades aos participantes do Fórum entre painéis de debates, seminários, oficinas e manifestações culturais.

O ano anterior (2008) havia sido de intensas pesquisas, levantamento e documenta-

ção para a Justiça nos Trilhos. Uma equipe de pesquisa sociológica, coordenada pelo professor Marcelo Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-São Luís) aplicou questionários nas regiões de Buriticupu (MA), Bom Jesus (MA), Alto Alegre (MA) e Açailândia (MA). Uma equipe econômica, composta por estagiários da UFMA de São Luís, recolheu dados sobre os lucros da mineradora e seu balanço social.

Além disso, outras equipes realizaram trabalhos importantes: uma equipe jurídica, cuja referência era o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (Najup - São Luís), em colaboração com os advogados Guilherme Zagallo, Danilo Chammas e Ricardo Stanziola Vieira, estudaram a legislação socioambiental brasileira. Uma equipe de pesquisa e denúncia socioambiental debruçou-se sobre o impacto da poluição de carvoarias e siderúrgicas em Açailândia (MA), em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos - Carmén Bascarán (CDVDH-CB) com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual sobre as questões de meio ambiente. E o Centro Nuovo Modello di Sviluppo, na Itália, finalizou um dossiê sobre a Vale.

O FSM de 2009 foi a ocasião de 'mostrar a cara', e a campanha Justiça nos Trilhos inscreveu cinco atividades: dois seminários internacionais no dia 28 - Justiça nos Trilhos: o conflito entre o povo e a Vale, com representantes dos maiores movimentos para a Justiça Ambiental no

Brasil, Canadá e Itália; e Justiça nos Trilhos: os povos no mundo em conflito com a Vale, com representantes dos povos vítimas da mineração em Canadá, Inglaterra, Moçambique, Nova Caledônia e Brasil. Três oficinas, entre os 29 e 31 de janeiro - Justiça nos Trilhos: o conflito entre o povo e a Vale (análise ambiental), com o Fórum Carajás; Justiça nos Trilhos: o conflito entre o povo e a Vale (análise econômica) com o Centro Nuovo Modello di Sviluppo e Justiça nos Trilhos: o conflito entre o povo e a Vale (análise jurídica) com o advogado Danilo Chammas e o Najup.

O Fórum proporcionou que a Justiça nos Trilhos ampliasse as alianças internacionais e participasse também do encontro anual do Observatorio de Conflictos Mineros en America Latina (Ocmal), que "qualificou ainda mais a rede internacional e criou um grupo de trabalho latino-americano sobre a Vale (pela primeira vez na história do Observatorio enfrenta-se diretamente uma empresa)", explicou Guilherme Zagallo, em texto da primeira edição da Revista Não Vale, no qual apresentava a situação da Campanha ao final de 2009. Naquele mesmo ano, a Justiça nos Trilhos aderiu ao Ocmal, fazendo parte do Observatorio até hoje.

O Observatório é uma união de organizações da América Latina com atuações e objetivos comuns frente às violações de direitos observadas e vivenciadas no contexto da exploração mineral. São organizações como Cooperacion y Grufides (Peru), Olca

Os encontros acontecem a cada dois anos. O último ocorreu em novembro de 2018, no estado de Minas Gerais, com parte de sua programação sendo realizada no município de Brumadinho, onde a Vale provocou o maior e mais recente crime socioambiental, com o rompimento da barragem do Feijão, no dia 25 de fevereiro de 2019.

.....
Leia nota da Iglesia y Minería na página (67)

(Chile), Acción Ecológica (Equador) e Censat Agua Viva (Colômbia), dentre outras que **se encontram periodicamente** em algum lugar da América Latina para refletir e construir coletivamente estratégias de enfrentamentos na defesa de direitos de afetadas e afetados pela mineração. A rede Justiça nos Trilhos tem acompanhado e contribuído com esses trabalhos levando os casos de conflitos existentes no Brasil e no Maranhão.

A participação no FSM também possibilitou o crescimento das alianças nacionais. A campanha ficou conhecida por muitas entidades e “foi convidada a fazer parte da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (particularmente em seu grupo de trabalho Articulação Mineração e Siderurgia)”, o que tornou Justiça nos Trilhos “referência na busca do direito socioambiental no campo da mineração/siderurgia”.

O evento gerou boas oportunidades, no entanto, como explicou Dário Bossi, se de início a Justiça nos Trilhos ainda não era um ator conhecido, a medida em que iam se processando suas denúncias, começaram os ataques. “Isso não demorou muito, porque durante o Fórum Mundial Social, fomos atacados com calúnias. Portanto, já em janeiro de 2009, pouco tempo depois que a campanha tinha sido fundada e já estávamos adquirindo uma dimensão internacional, recebemos os primeiros ataques públicos através de calúnias no jornal O Liberal [de Belém-PA]: foram ataques aos Combonianos, em específico, e indiretamente à rede Justiça nos Trilhos”.

As calúnias não intimidaram a atuação da rede, uma coalizão de entidades, movimentos e organizações sociais, que foi se formando por meio da campanha. Ao longo do ano de 2009, surgiram convites para participação em outros eventos de parilhas das linhas de ação e das estratégias. Além disso, localmente foram realizados vários seminários, acompanhamentos de comunidades, elaboração de denúncias e pesquisa jurídica, continuação do processo de documentação e estudos. Houve também um intenso trabalho de divulgação buscando a concretização cada vez mais efetiva da rede Justiça nos Trilhos.

No início de 2010, as intensas articulações locais, regionais, nacionais e também internacionais resultaram na Caravana Internacional dos Atingidos pela Vale, de 06 a 11 de abril, em duas etapas paralelas, ambas com participantes do Brasil e de outros países: Norte (no Pará e Maranhão) e Sul (em Minas Gerais). A Caravana Norte visitou comunidades em Barcarena (PA), Marabá (PA) e Açailândia (MA), enquanto que a Sul realizou visitas em locais como Conceição do Mato Dentro, Mariana, Itabira e Congonhas.



Manifestação em frente a sede da Vale, no Rio de Janeiro, em 2012, ano em que a mineradora recebeu o *Public Eye Watch*, prêmio de pior empresa do mundo (Foto: Arquivo JnT)

A Caravana Internacional culminou em um grande evento de pressão e denúncia contra a Vale: o I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, que aconteceu de 12 a 15 de abril de 2010, no Rio de Janeiro e reuniu mais de 160 participantes de 80 organizações, movimentos sociais e sindicais da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan. Nascia, assim, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que a Justiça nos Trilhos ajudou a fundar e da qual faz parte.

A Articulação é uma rede internacional de movimentos e organizações que busca a construção de uma resistência global frente às ações da mineradora Vale nos diversos países onde ela está presente. Os atores que compõem a Articulação Internacional trabalham no sentido de evidenciar a insustentabilidade da exploração mineral realizada pela Vale e as ameaças diárias sentidas pelas pessoas e pela natureza. Dentre as atividades desenvolvidas pela Articulação estão: com-

pra de ações da Vale para uma incidência crítica nas assembleias anuais dos acionistas; produção de relatórios "sombra", uma contrainformação ao relatório de sustentabilidade da Vale; Campanhas e estratégias de pressão para que a empresa responda sobre as denúncias a ela direcionadas, pesquisas acadêmicas e presença nos territórios.

O trabalho em rede e articulado é uma estratégia de fortalecimento das lutas, por isso Justiça nos Trilhos além de participar de articulações contribuiu na criação de algumas delas, tanto nacional quanto internacionalmente. É o caso da Red Iglesias y Minería, Comitê Nacional em Defesa do Território Frente à Mineração e a Rede Pan-Amazônica (Repam), as duas primeiras criadas em 2013 e a última em 2014.

A Red Iglesias y Minería (IyM), assim como a Justiça nos Trilhos, também busca responder "aos desafios impostos pela exploração mineral nos territórios". Mostra a importância de uma organização da Igreja Católica

No Catolicismo são todos e todas que recebem o sacramento do batismo e participam da vida da comunidade e não receberam o sacramento da Ordem que habilita ao Ministério Sacerdotal.

Commodities são recursos naturais negociados no mercado financeiro, é o caso dos minérios. O boom das commodities foi à elevação significativa dos seus preços no mercado internacional, no início dos anos 2000.

Saiba mais sobre o Comitê, acessando: <http://emdefesados-territorios.org/>

Saiba mais sobre a Repam em: <http://repam.org.br>

no fortalecimento das lutas populares, e, especificamente no fortalecimento da organização comunitária contra grandes projetos. Essa rede é ecumênica, composta por comunidades cristãs, grupos de reflexão teológica, equipes pastorais, congregações religiosas, bispos, pastores e também por **leigos e leigas**. A IyM reflete sobre temas como mineração e violência socioambiental, diálogo e articulação internacional, educação popular, comunicação, entre outros. Com encontros ocorridos no Brasil, tem contribuído no debate e na visibilização dos conflitos do Corredor Carajás. "Temos produzido coletivamente, publicado e divulgado documentos de reflexão crítica sobre algumas iniciativas das empresas que buscam o apoio da igreja institucional e estamos formando uma rede de comunicação ao redor destes temas de interesse para a sociedade", se apresenta, em seu site, a IyM.

Com a expansão do setor mineral em nosso país, impulsionado pelo **boom das commodities**, outros movimentos surgiram adotando a mesma perspectiva de centralidade da mineração na compreensão dos conflitos por terra, território e outros recursos naturais. Neste contexto, o **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração** se aglutinou mais especificamente em torno do debate do novo código mineral, buscando o protagonismo nas reflexões e ações de crítica e oposição ao modelo mineral exportador em grande escala adotado no Brasil, que destrói comunidades e a natureza por onde passa, promovendo massacres sociais e ambientais, privação de direitos e diminuição de liberdades para alcançar suas metas de lucros a qualquer custo.

Outra rede que tem fortalecido os debates sobre mineração é a Repam. Formada por entidades de religiosas e religiosos, ela atua em defesa da vida na Amazônia. Suas ações envolvem os nove países que fazem parte da Pan-Amazônia (Brasil, Venezuela, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa e Suriname), a partir dos seguintes eixos prioritários: Povos indígenas e grupos em vulnerabilidade; Direitos Humanos e incidência internacional; Formação e métodos pastorais em perspectiva itinerante; Igreja de fronteiras; alternativas ao desenvolvimento, Bem viver e mudanças climáticas; Comunicação para a transformação social; Investigação e mapeamento; Redes internacionais que apoiam a **Repam**.

Durante esses mais de 10 anos de atuação, inúmeras foram as articulações que ajudaram a visibilizar o trabalho da Justiça nos Trilhos, para além das mencionadas aqui. Pode parecer uma sobreposição de atuações, no entanto, é mais uma complementariedade, visto que cada movimento possui a sua função e espaço de atuação em um cenário tão complexo quanto a luta por direitos frente à mineração. A base de todos os esforços sempre esteve firmada na força e vontade de organização das comunidades.



Seminário regional da Repam em Imperatriz, em fevereiro de 2017
(Foto: Agamenon Sena)

Desenvolvimento para quem? Projeto Grande Carajás e seus impactos socioambientais

O Projeto Grande Carajás (PGC) surgiu em 1980, dentro dos marcos das grandes obras da ditadura militar brasileira, visando a exploração econômica dos recursos minerais presentes na Amazônia, mas especificamente do Complexo Minerador de Carajás, localizado na Floresta Nacional de Carajás, no estado do Pará. Segundo aponta o livro *Recursos Minerais e Comunidades: impactos humanos, socioambientais, econômicos*, do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), de 2014: “O PGC consistiu na junção de alguns programas em prol do desenvolvimento do espaço que atualmente configura o arco do desmatamento na Amazônia Legal, sendo o principal o Projeto Ferro Carajás (PFC), que inclui a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Trombetas e a Alunorte [...]”.

A concretização do PFC teve como principal exigência a construção de um sistema integrado mina-ferrovia-porto no sudeste paraense, para viabilizar o

transporte e escoamento do minério para o exterior. “Desta forma, em julho de 1978, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), como então era chamada a Vale, iniciou a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligando a Província Mineral de Carajás [no Pará] ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. O empreendimento operado pela Vale foi inaugurado no dia 28 de fevereiro de 1985”, explica o livro.

“A presença da Vale S.A. na Amazônia, em outras regiões do Brasil e em outros países, sempre foi permeada pelo discurso desenvolvimentista. Esse discurso, desde a fundação da mineradora, em 1943, esconde inúmeros cenários negativos que ela gera nos territórios onde atua”. Privatizada em 1997, a Vale S.A tornou-se uma das maiores mineradoras do mundo, está presente em 38 países e é líder mundial na produção de minério de ferro. Suas ações têm gerado poluição, mortes e devastação ambiental ao redor do mundo. Nas mais



Carvoarias utilizam eucalipto para a produção de carvão que abastece as siderúrgicas de Açailândia, no Maranhão (Foto: Marcelo Cruz)

de 100 comunidades que são cortadas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) entre o Pará e o Maranhão, os danos, causados pela passagem dos trens da empresa Vale, vão desde rachaduras nas casas, atropelamentos de pessoas e animais até o assoreamento de rios e igarapés.

Com uma extensão de 892 km, a ferrovia passou por um processo de duplicação, devido ao Projeto S11D, o maior do mundo na área da mineração de ferro. A duplicação acarretou mais uma gama de impactos negativos às comunidades e ao meio ambiente. Com o S11D, a empresa prevê aumentar a exploração de minério de 90 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas por ano. Cabe acrescentar que passado mais de 30 anos da implantação do Projeto Grande Carajás, não houve a compensação e a mitigação dos danos causados pela construção das grandes infraestruturas, como é o caso da ferrovia.

A campanha Justiça nos Trilhos, desde seu início, deu visibilidade nacional e internacional aos conflitos existentes no Corredor de Carajás e em outras partes do mundo, mas também já nasceu calcada em ações concretas como a luta pelo reassentamento de Piquiá de Baixo. O bairro açailandense, que começou a se formar no final da década de 60, viu seu modo de vida mudar radicalmente em meados dos anos 70, com a construção da BR 222, a instalação de empresas siderúrgicas e da Estrada de Ferro Carajás. Seus moradores chegaram a conviver ao lado de 15 altos-fornos siderúrgicos, três usinas termelétricas, uma aciaria, uma fábrica de gases e uma fábrica de cimento das empresas Gusa Nordeste, Vienna Siderúrgica, Ferro Gusa do Maranhão, Simasa e Pindaré, essas duas últimas pertencentes ao grupo Queiroz Galvão. Além da BR 222, há a presença constante dos trens da empresa Vale.

Os encontros regionais e formações possibilitam que as comunidades se fortaleçam e se articulem
(Foto: Arquivo JnT)

Já de início houve um forte trabalho de agregar as comunidades ao longo do corredor Carajás, possibilitando que elas pudessem se fortalecer entre si e também com outras comunidades do Brasil e do mundo que são impactadas pela mineração ou por outros projetos igualmente violadores de direitos. Assim, foram criados vários espaços de trocas de experiências e estratégias de resistência, como eventos e intercâmbios. Dentre esses, o Encontro Regional de Atingidos e Atingidas pela Mineração no MA e PA (ERAM) e também o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (EJAM). O EJAM tem a proposta de debater os impactos do setor mineral sobre a vida dos jovens dos dois estados.



A primeira experiência de encontro regional entre o MA e o PA foi realizada em Parauapebas (PA), em julho de 2009, no Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA) com um grupo de cerca de 25 pessoas. No ano seguinte, nos dias 22 e 23 de julho de 2010, como “uma continuidade direta da Caravana Internacional dos Atingidos Pela Vale, realizada às vésperas do I Encontro Internacional ocorrido no Rio de Janeiro”, segundo informações de matéria do site de Justiça nos Trilhos, ocorreu o ERAM que reuniu lideranças e movimentos de 14 municípios: Belém, Barcarena, Marabá, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Xinguara, Parauapebas (no Pará) e Açailândia, Imperatriz, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Arari, Igarapé do Meio, São Luís (no Maranhão). Desde então, o Encontro acontece anualmente, alternando sua sede entre os municípios do Maranhão e do Pará.

É também em 2010 que a rede **Justiça nos Trilhos** começa a se consolidar institucionalmente. Sua coordenação cria então dois espaços físicos a fim de acompanhar as comunidades com mais afinco: uma sede em São Luís e outra em Açailândia – MA. Pouco a pouco vai sendo formada uma equipe para trabalhar nas seguintes áreas de atuação: Assessoria Jurídica, Educação Popular, Comunicação Popular e, mais recentemente, Alternativas Econômicas.

Os encontros e seminários, bem como a atuação de JnT sempre presente nos territórios, trouxe às comunidades uma visão mais ampla dos impactos a que estão submetidas. Se antes muitas delas se encontravam isoladas, aos poucos foram se conectando, afinal tinham muitas coisas em comum, tanto nas violações quanto nas resistências e histórias de vidas.

Graves conflitos trabalhistas, danos ambientais por desmatamento, detritos e poluição; atropelamentos de pessoas e animais; violência e pros-

Leia sobre as áreas de atuação da Justiça nos Trilhos nas páginas (40, 42, 44, 46 e 48).

tituição nas cidades inchadas pelas promessas de emprego para todos; conflitos pela posse de terra nas regiões de mineração; falta de indenizações e compensações ambientais; conflitos com os trabalhadores das siderurgias pelo aumento do preço do minério de ferro; trabalho escravo, monocultura, doenças respiratórias e de pele, pobreza, ausência de infraestruturas e condições dignas de vida. São tantos os problemas causados pelo modelo de progresso que prometeu desenvolvimento, quando na verdade ampliou e criou novas desigualdades.

Os rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana, e do Córrego do Feijão, em Brumadinho (ambos em Minas Gerais), a contaminação em comunidades de Barcarena (PA), a poluição em Piquiá, e várias outras violações escacaram uma realidade: o Estado brasileiro é conivente com as empresas que violam direitos humanos e destroem os recursos naturais e é impotente em puni-las adequadamente. Os lucros (privados) vão e os impactos (coletivos) ficam, assim como fica também o questionamento: Para quem é esse desenvolvimento?

Carajás 30 anos

Para refletir sobre essa pergunta e outras problemáticas causadas pelos grandes projetos, como o PGC, foi que, entre os dias 05 e 09 de maio de 2014, a Justiça nos Trilhos realizou o Seminário Internacional Carajás 30 anos. O evento, organizado durante dois anos, foi precedido de quatro seminários locais: Imperatriz (MA), de 16 a 18 de outubro de 2013; Marabá (PA), de 14 a 16 de março de 2014; Santa Inês (MA), nos dias 21 e 22 de março de 2014 e Belém (PA), de 10 a 12 de abril de 2014. As etapas locais traziam como centro de suas reflexões o modelo de “desenvolvimento” que prioriza o máximo de lucros e o mínimo de investimentos sociais e que causam impactos negativos no Maranhão e Pará.

O evento internacional ocorreu em São Luís (MA), envolveu aproximadamente 50 instituições, contou com a participação de cerca de 1500 pessoas, mais de 70 palestrantes e 11 países representados. Nada mal para uma rede que em 2014 completaria sete anos de existência. No entanto, mais do que números, o seminário foi uma rica troca de experiências, de lutas e de resistências. Durante os cinco dias aconteceram dezenas de mesas redondas, fóruns temáticos e apresentações de trabalhos científicos. Uma carta de encerramento e um ato público, que encheu ruas da capital maranhense com os mais diferentes rostos, cartazes e gritos de ordem, fecharam o seminário e proclamavam à sociedade a repensar este “modelo predatório e excludente”, representado pelos grandes projetos.

De 2014 para cá, muitas foram as conquistas na luta por reparação dos danos, vale citar a aprovação do projeto de reassentamento de Piquiá de Baixo pela Caixa Federal (2014), a Ação Civil Pública proposta por Justiça nos Trilhos e Ministério Público Federal (MPF) sobre a falta de segurança na travessia da Estrada de Ferro



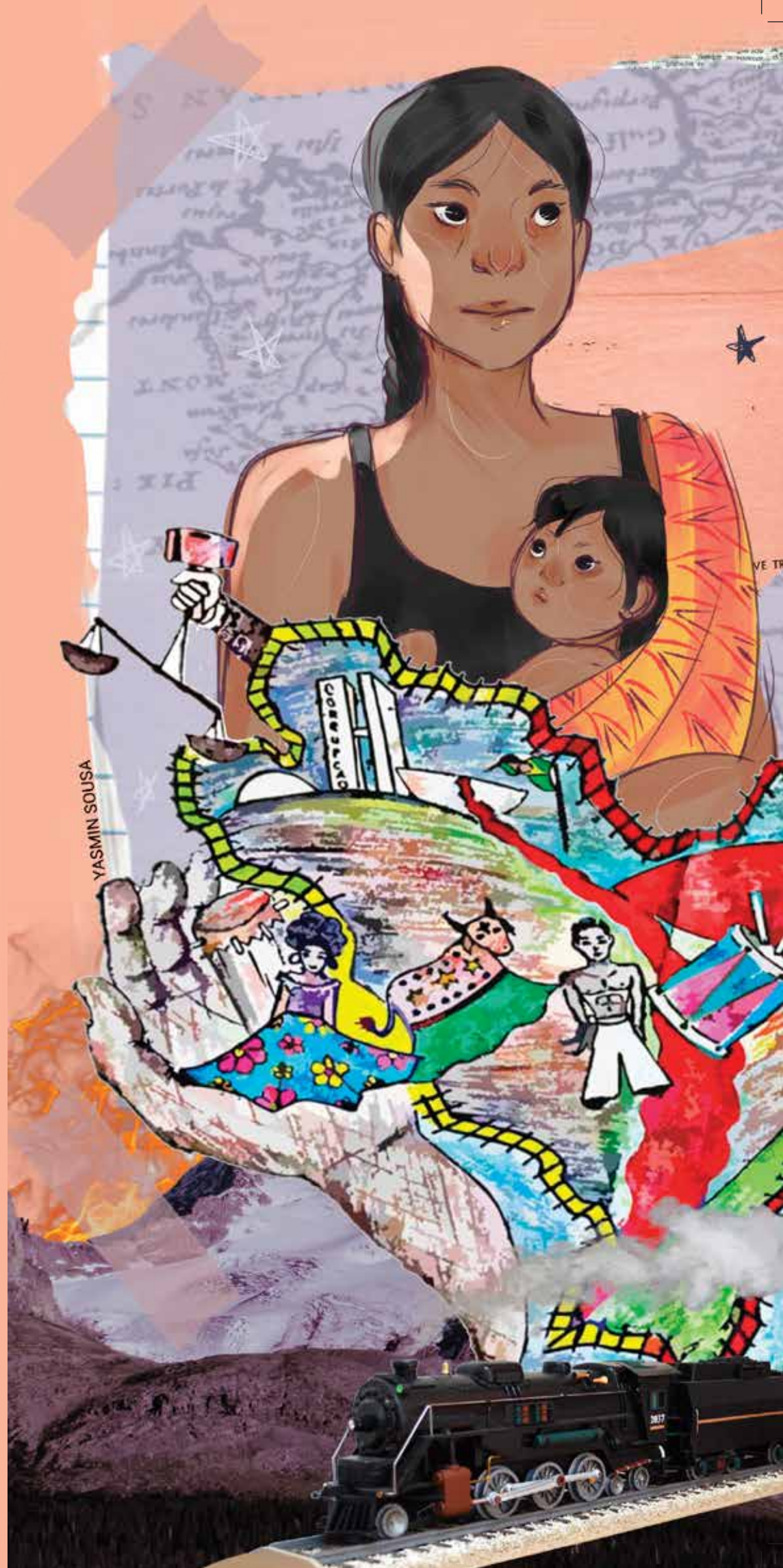
Carajás (2015) e a premiação de Direitos Humanos e Empresas (2018). Muitos também têm sido os desafios, principalmente com a atual conjuntura política que prevê a flexibilização da legislação ambiental e torna mais fácil a exploração e exportação dos nossos recursos minerais, o que já tem significado o aumento de conflitos e de violações de direitos humanos.

Apesar do momento apresentar uma série de desafios, como a divulgação de crimes socioambientais como tragédias e não como crimes, como de fato são, seguimos em luta junto às comunidades por acreditar em nossa missão. E como bem definiu padre Dario Bossi:

“Nós nos compreendemos como um articulador: primeiro somos uma entidade que articula forças, que tem como horizonte e inspiração os direitos humanos em sua compreensão mais completa: ambientais, econômicos, culturais e sociais. Temos um forte pé no chão no território, trabalhamos em contato direto e permanente com as comunidades, colocando continuamente em discussão nossas prioridades, a partir do diálogo com elas e visando juntos uma transformação do modelo econômico de **enclave**, que foi imposto ao corredor de Carajás pela mineração e a siderurgia, defendendo a autodeterminação das comunidades em seus territórios”.

Seminário Internacional Carajás 30 anos reuniu pessoas de 11 países para discutir os impactos da mineração, em 2014, na capital do Maranhão, São Luís (Foto: Arquivo JnT)

Uma economia de enclave é definida como um sistema econômico no qual uma indústria, baseada na exportação dominada por capital internacional ou não local, extrai recursos ou produtos de outro país.



YASMIN SOUSA

Montagem: Yasmin Sousa
com ilustração de Yasmin
Sousa e Zica Pires



LINHA DO TEMPO

JNT

A Justiça nos Trilhos acumulou muitos acontecimentos importantes ao longo de sua trajetória. O que iniciou como campanha, em 2007, ganhou proporções, experiências, conquistas e desafios. Nesta linha do tempo apresentamos algumas dessas realizações e as áreas de atuação da JnT.

LINHA DO TEMPO JnT



2007

Criação da campanha internacional Justiça nos Trilhos
(Foto)



2012

Justiça Federal suspende obras de duplicação da EFC; Vale recorre e consegue continuação das obras de duplicação

Vale é eleita a pior empresa do mundo pela Public Eye Awards
(Foto)

2011



Publicação do relatório da FIDH Quanto valem os Direitos Humanos sobre as violações da Vale e outras empresas em Piquiá de Baixo e Assentamento Califórnia, em Açailândia (MA)

Cartilha popular Que trem é esse? Guia prático para defender-se das violações da Vale

2008

Lançamento da campanha Justiça nos trilhos! A vida do povo e a Vale ao longo da EFC



Moradoras/es de Piquiá de Baixo em Açailândia (MA) criam referendo para o reassentamento
(Foto)

Primeira ação de criminalização contra a JnT, feita pelo jornal O Liberal, de Belém

Apresentações da peça teatral Que trem é esse? Em diversas comunidades ao longo da EFC

Romaria da Terra e das Águas reúne 10 mil pessoas em Piquiá de Baixo

1º Encontro das Juventudes Atingidas por Mineração, Marabá (PA) – EJAM
(Foto)

2009

Adesão da JnT ao Observatório de Conflictos Mineros em America Latina OCMAL
(Foto)



2010

1º Encontro Regional das/os Atingidas/os pela Mineração (Pará e Maranhão) – ERAM

Primeiro relatório da JnT Meninos do Trem e primeira edição da revista Não Vale

1ª audiência pública em Açailândia sobre os impactos do ciclo de mineração e siderurgia
(Foto)

Criação da Articulação Internacional das Atingidas e Atingidos pela Vale: caravanas territoriais; dossiê Impactos e Violações da Vale; documentário Não Vale; participação na Assembleia Geral dos Acionistas da Vale

5 membros de JnT são processados pela Vale



2013

Comunidades dos municípios Santa Rita e Anajatuba (MA) conquistam acordo para a construção de um viaduto após ocuparem por três dias a EFC

Conquista do terreno para o reassentamento de Piquiá de Baixo
(Foto)

JnT participa da criação da rede Iglesias y Minería, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração



2018

Início das obras do novo bairro: Piquiá da Conquista

JnT recebe o Prêmio "Direitos Humanos e Empresas", pela Human Rights and Business Award Foundation
(Foto)

Quilombolas de Itapecuru-Mirim (MA) ocupam a EFC por 5 dias e conseguem reunião com a Casa Civil da Presidência da República, para tratar de titulações de territórios

2014

Participação da JnT na fundação da Rede Eclesial Panamazônica (Repam)



Seminário Internacional Carajás 30 anos
(Foto)

Lançamento do documentário, A peleja do povo contra o dragão de ferro

Denúncia de impactos da EFC em comunidades de Buriticupu, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA)

Encontro Poesia, memória e resistência- olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos sobre a vida das mulheres
(Foto)

2017

Exposição do Rio que era Doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração

Pesquisa sobre a atuação do Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais do Maranhão



2015

Denúncia das violações de Piquiá de Baixo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington (EUA)

Ação Civil Pública proposta por JnT e MPF sobre falta de segurança na travessia da EFC

Assassinato de Raimundo dos Santos, liderança camponesa e conselheiro da ReBio Gurupi
(Foto)



2016

Vistoria realizada pela ANTT confirma problemas na travessia da EFC

Criação da coordenação Colegiada de JnT

Espetáculo da quadrilha junina Matutos do Rei sobre a luta da comunidade de Piquiá de Baixo
(Foto)

A JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO DE DIGNIDADE

A luta por reparação integral, a educação popular em direitos e a garantia do acesso das populações do corredor Carajás à justiça estão entre os objetivos da Assessoria jurídica da JnT

Roseane Arcanjo e
Danilo Chammas

Jornalista e professora universitária,
Advogado da Justiça nos Trilhos

As problemáticas causadas pelas empresas mineradoras e de siderurgia, no corredor Carajás, desrespeitam os direitos humanos, portanto, é necessário que os envolvidos, quer sejam organizações ou poder público, assumam as responsabilidades pelas violações. Esse é o entendimento que norteia o trabalho da Assessoria Jurídica da rede Justiça nos Trilhos, que segue a orientação de reparação integral proposta pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O corredor Carajás atravessa mais de cem comunidades, entre rurais, quilombolas e indígenas, e, conforme o advogado Danilo Chammas, as atividades do setor garantem o acesso dessas populações à justiça, elas

são geralmente vulneráveis e situadas longes das grandes cidades. São utilizados ainda instrumentos jurídicos para a prevenção dos danos socioambientais, para que os mesmos não se repitam. Além disso, o trabalho envolve a defesa de pessoas ou grupos perseguidos por protestarem contra a situação.

O assessor jurídico também explica que a equipe segue a orientação de priorizar as demandas coletivas, visando a preservação dos direitos difusos, coletivos ou metaindividuais. Porém, isso não exclui a defesa de uma pessoa ou família, de forma a gerar um parâmetro jurídico que possa beneficiar, em novas decisões, outros grupos e famílias.

Entre os tipos de casos atendidos,

informa Danilo Chammas, estão ações por danos à saúde, atropelamentos pelos trens, poluição sonora, danos à estrutura das casas pela movimentação dos trens, entre outros. A finalidade é a responsabilização do Estado e das empresas, além de ações penais para condenar os autores dos crimes cometidos

contra lideranças e defensores de direitos humanos, sobreviventes ou familiares de pessoas assassinadas.

Já foram quase dez anos de atividade da advocacia popular da JnT. O assessor jurídico explica que alguns acontecimentos podem ser apontados como exitosos para o setor:

01

A paralisação das obras de duplicação da ferrovia por falhas identificadas pelos advogados da JnT.

02

A concretização, em curso, do reassentamento coletivo de Piquiá de Baixo.

03

O significativo aumento de inquéritos que envolvem a defesa dos direitos humanos no Ministério Público.



Outro destaque é a colaboração permanente dos assessorados e dos representantes das comunidades nas decisões referentes às ações jurídicas. “São questões que a gente procura decidir em um processo conjunto no qual as pessoas participam ativamente”, ressalta Danilo Chammas. Ele destaca que a assessoria jurídica da JnT é integrante de uma mobilização maior, que é a luta social com vistas a efetivação dos direitos das comunidades.

O trabalho também apresenta demandas para as instituições jurídicas que podem atuar na defesa dos direitos das populações do corredor Carajás, como o Ministério Público Estadual ou Defensorias públicas dos estados do Maranhão, Pará e a Defensoria da União, possuidoras de papel relevante para minimizar o contexto de poder desigual entre as grandes empresas mineradoras e as comunidades, prejudicadas por “projetos de desenvolvimento” que geram problemas socioambientais graves.

JNT E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO POPULAR:

Denunciar impactos, divulgar resistências e conquistas comunitárias

Mikaell Carvalho e
Larissa Santos

Comunicadores da Justiça nos Trilhos

A Ferrovia Carajás atravessa 27 municípios, aproximadamente 100 comunidades e milhares de histórias de vida. Nosso desafio, dentro da rede Justiça nos Trilhos (JnT), é contar algumas dessas histórias da forma mais humana possível. Para isso, desde de 2012, a JnT vem fortalecendo o trabalho de comunicação popular com os profissionais da organização e com as comunidades afetadas pela Vale S.A. no corredor de Carajás. Esse trabalho busca denunciar impactos, divulgar resistências e conquistas comunitárias que pouco são vistas nos grandes veículos de comunicação.

Até aqui são seis anos de produção de notícias, reportagens, documentários, algumas peças de teatro e oficinas de comunicação, em parcerias com as comunidades na busca da transformação da realidade local na qual estamos inseridos.

Durante nossa caminhada, aprendemos que a comunicação popular é feita por todas e todos que se dispõem a contar histórias das formas mais diferentes possíveis: com textos, vídeos, cordéis, músicas, peças de teatro, entre outras práticas comunicativas.

Nós, comunicadoras e comunicadores da rede Justiça nos Trilhos, entendemos que, a partir da comunicação, podemos construir, de forma coletiva e crítica, reflexões sobre o modelo de “desenvolvimento” opressor que temos no corredor de Carajás. Uma construção que se dá por meio da interação com nosso público virtual, através do nosso site e Facebook, e nos ricos espaços de vivências e trocas de energias com as comunidades.

As histórias que contamos são cortadas por uma Estrada de Ferro, onde percorre o maior trem do mundo, algumas dessas histórias são cheias de dificuldades, finais tristes, mortes; Outras tantas são cheias de vida: ao toque do tambor, com o som do maracá, com as redes jogadas nos rios, com o cheiro da terra cultivada.

É nesse caminho que construímos saberes, partilhamos diferentes culturas, modos de vida, ligação com a natureza e entendimentos de mundo. A divulgação das riquezas desses povos e a construção de redes que nos conectam com o “Bem Viver” é o nosso ofício diário.

Site

SITE DA JUSTIÇA NOS TRILHOS: <http://justicanostrilhos.org/>



Site da Justiça nos Trilhos foi criado em 2012. Ao longo dos anos, o layout do site mudou duas vezes. Esta é a versão atual

FANPAGE DA JUSTIÇA NOS TRILHOS:

<https://www.facebook.com/justicanostrilhos/>

Facebook

A fanpage de JnT foi criada em 10 de janeiro de 2012 e atualmente conta com mais de 4 mil seguidores



Hotsite

SITE PIQUIÁ DE BAIXO: <http://www.piquiadebaixo.com.br/>



Em 2014, foi lançado o hot site de Piquiá de Baixo, com informações e matérias sobre o processo de reassentamento da comunidade. No final de 2018, o hot site foi substituído por um site, que além de trazer as informações sobre a luta de Piquiá, também apresentou um resgate da memória do bairro

EDUCAÇÃO POPULAR,

diálogo com a sabedoria e a luta do povo

Sislene Costa e
Ainá Oliveira

Educadoras populares da
Justiça nos Trilhos

Caminhada e processo de transformação que se identifica com o povo, a educação popular, que nasce do povo trazendo as boas novas do renascimento para o povo, carrega em si a crença de que é este povo quem faz a luta. Essa compreensão que nos nutre, tem impulsionado nosso trabalho nesses quase onze anos. A concepção de educação popular da rede Justiça nos Trilhos nasceu inspirada pelo trabalho missionário dos Combonianos, pelo estar junto aos que buscam mudanças e justiça, com os pés no chão, ir aonde os “pequenos” nos chamam. Por isso, temos, como princípio primeiro: escutar. E ouvindo o chamado, entender o contexto em que as comunidades afetadas pela Ferrovia Carajás se encontram e, a partir do que elas nos demandam, contribuir com o trabalho de fortalecimento das comunidades. Entendemos que sempre há um processo de luta e (re) exis-

tência nas comunidades desses rincões do Maranhão e Pará, caso contrário, como se manteriam vivas em contextos de tanta opressão e conflito?

Nesses anos, fomos aprendendo a sentir o que o povo sente, a nos indignarmos com sua indignação, a partilhar de seus sonhos, desejos, criatividade, sabedoria e alegria. É dessa fonte que temos nos alimentado e é nessa perspectiva de partilha, de saberes, que temos construído o processo educativo que acreditamos ser emancipatório.

No processo genocida de subjugação e destruição da autoestima dos povos ligados às terras, aos rios e aos seres deste lugar, que hoje conhecemos por Maranhão, Pará, Panamazônia, de veias quentes e feridas abertas; no processo de colonização e exploração que se baseia no sonho ganancioso, adoecido e insustentável de encontrar o Eldorado sem fim, do eterno desenvolvimento; as lógicas coletivas de produção, de in-

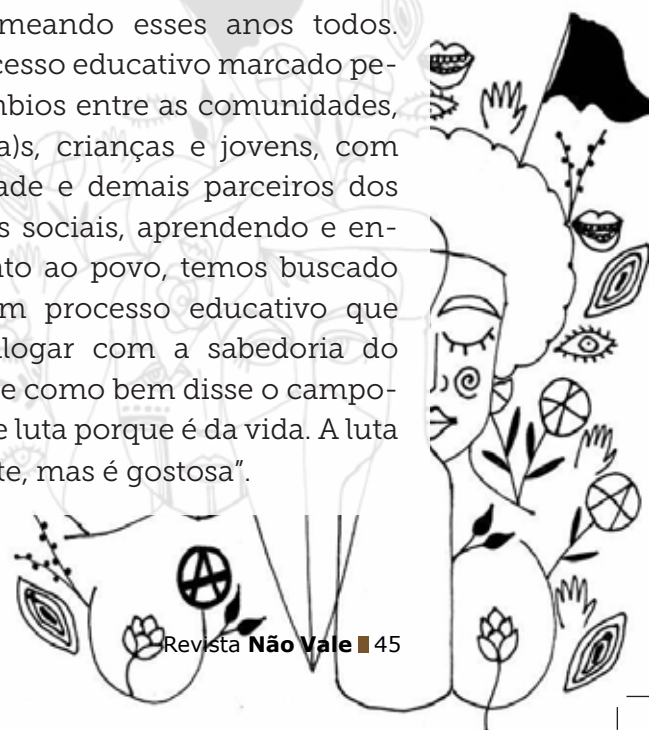
teração social, de sucesso pessoal, de garantia de vida digna, de acesso às políticas públicas, de reprodução da vida, foram minadas. Planos estatais de invasão destes territórios por projetos desenvolvimentistas, que vão de instalação de empresas e indústrias, privatização de recursos públicos diversos e programas governamentais de povoamento, iniciados nas décadas de 50 e 60, e o abandono da população destas regiões pelo Estado, ficando esta durante anos sem acesso aos direitos básicos para sua existência, criaram um campo favorável para a chegada da empresa Vale. A empresa ficou sendo vista como uma redentora para uma população em condição de extrema carência, como uma possibilidade de melhoria, representada por conquistas mínimas, como a construção de cisternas para garantir acesso à água, onde a empresa assassinou igarapés.

Cooptação de lideranças e comunidades inteiras, silenciamento de algumas, criminalização, acirramento de conflitos internos, intimidação e assassinatos são características marcantes da interação da Vale com o povo deste lugar, por onde passam com seus trens. A desarticulação das resistências coletivas é uma forte arma de todo este sistema aqui descrito, que para tal, utilizando das novas redes sociais e tecnologias que nos alcançam de modo individual, com luz de cegar os olhos, disseminou ódio, intolerância, desesperança e informações falsas para o povo. Diante disso e aprendendo com ensinamentos ancestrais deste povo, a JnT se posiciona como arado e como regador para fortalecer a luta contra a lógica desenvolvimentista e saqueadora que tenta se firmar aqui. Aramos e regamos o campo da luta para

que seja propício novamente que germine a resistência, a existência e o conhecimento do qual este povo é semente.

Alguns podem perguntar o que a rede Justiça nos Trilhos entende por educação popular? Qual é a linha teórica que segue? Nossa concepção de educação popular está em constante processo de construção/caminhada, pois se alimenta, a cada encontro com as comunidades, das memórias de luta do povo contra o grileiro de terras, dos ecoares de tambores e maracás, dos sorrisos e sonhos das crianças, das histórias de resistência ao dragão de ferro, ao trenzinho mecânico, à Amza, à Vale, à mineração, ao clientelismo da velha política do “toma lá dá cá”, das vozes e fazeres das mulheres com seus corpos- história-memória.

O processo educativo acontece nessa troca de vivências, saberes, entre grupos sociais diversos, mas, ao mesmo tempo, com identidades tão imbricadas umas nas outras, a partir das histórias de opressão e resistência. É o/a indígena, o/a camponês(a), o/a pescador(a), o/a quilombola, o/a jovem estudante, o/a morador (a) de periferia. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens e mulheres se libertam em comunhão”: é nessa seara que estamos semeando esses anos todos. Em um processo educativo marcado pelos intercâmbios entre as comunidades, com velho(a)s, crianças e jovens, com a universidade e demais parceiros dos movimentos sociais, aprendendo e ensinando junto ao povo, temos buscado construir um processo educativo que consiga dialogar com a sabedoria do povo, porque como bem disse o camponês: “a gente luta porque é da vida. A luta é desgastante, mas é gostosa”.



DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO

traz alternativas econômicas aos grandes projetos

Xóan Carlos Sánchez

Coordenador do Centro de Inovação Rural e
Desenvolvimento Agroecológico – CIRANDA/JnT

Antes que um grande projeto se implante num território, uma enorme engrenagem ideológica entra em funcionamento. É a máquina de produzir consentimento, que produz argumentos como a geração de empregos diretos e indiretos, o desenvolvimento, o aumento da arrecadação de impostos, o progresso. Esses produtos costumam vir embalados em números mirabolantes, tentadores para os governantes locais, os empresários e até para os trabalhadores. Quando o projeto entra em funcionamento, essa maquinaria de produzir consentimento continua funcionando. Precisa continuar criando um ambiente político e social favorável ao investimento. Porém, esses argumentos são verdadeiros? Se analisarmos os números que os embalam, é difícil aceitá-los.

O argumento do emprego é o que parece mais favorável aos grandes empreendimentos, afinal, geralmente se tornam o maior empre-

gador local. Mas quando comparamos os índices de desemprego dos territórios, onde os grandes projetos operam em seu entorno, encontramos problemas. No caso da Estrada de Ferro Carajás, o dado verdadeiro é que as taxas de desemprego, na maioria dos municípios maranhenses cortados pela ferrovia, são maiores que a média do Estado. Isto mostra alguns indícios de que, quando um grande projeto se instala, uma enorme malha de atividades econômicas fica inviabilizada.

Para as autoridades e para alguns economistas, isto não é muito importante, pois estas atividades pouco contribuem para a arrecadação de impostos municipais e para o PIB. Mas são setores que empregam muitas pessoas, contribuem para a subsistência de muitas famílias e têm uma enorme contribuição social: agricultura familiar, extrativismo, pequenos comércios. Como o desemprego é maior entre os jovens e como, com frequência, estas ativida-

des, que são desestruturadas quando o grande empreendimento avança no território, baseiam-se numa partilha de conhecimentos entre gerações, o efeito desestruturador dos megaprojetos é ainda maior e tende a perdurar no tempo, quando não se torna irreversível.

O argumento de que o grande projeto traz desenvolvimento à região se torna sem sentido, se levarmos em conta, que não podemos mais aceitar um desenvolvimento que não seja ambientalmente sustentável. Se não for sustentável não é desenvolvimento. E todos os grandes projetos trazem enormes impactos ambien-

tais. Se a atividade for a mineração ou o agronegócio, esses impactos se multiplicam.

Como forma de se contrapor a esses efeitos negativos dos grandes projetos nas populações e nos territórios, a Justiça nos Trilhos inicia um eixo de trabalho de alternativas econômicas aos grandes projetos. Como estratégia inicial de promoção das atividades produtivas que já existiam no território antes da chegada da Vale, e que ainda resistem, apesar das intempéries, escolhemos apoiar a agricultura familiar agroecológica.

Ciranda



O primeiro passo será a criação de um Centro de Inovação Rural de Desenvolvimento Agroecológico – CIRANDA, que servirá como campo experimental e demonstrativo dos conhecimentos tradicionais das populações do campo, de tecnologias apropriadas às suas realidades e necessidades e como espaço para a formação, especialmente das novas gerações de agricultores.

Este centro já está sendo estruturado em Açailândia e, a partir dele, queremos também criar uma rede de agricultores inovadores: grupos, comunidades e entidades que queiram discutir, traçar estratégias e unir esforços pela subsistência das formas de vida dos camponeses e camponesas, mostrando que a mineração e os grandes projetos não são nem a única nem a melhor forma de impulsionar uma economia reestruturadora do território.

NÃO DEIXEM MORRER A PROFECIA!

Dario Bossi

Provincial dos Missionários
Combonianos no Brasil

A rede Justiça nos Trilhos (JnT) nasceu num contexto de muitas e boas experiências de resistência, que precisavam estreitar maiores alianças entre si. A Justiça Ambiental vinha sendo compreendida como paradigma que podia juntar as reivindicações das periferias urbanas e as lutas por terra e trabalho digno no campo. As mobilizações por direitos trabalhistas começavam a se articular com a defesa dos direitos culturais e ambientais; surgia a percepção que a própria natureza fosse detentora de direitos subjetivos.

JnT identificava-se como agente de promoção e defesa de direitos, no quadro daquela que, mais tarde, Papa Francisco definiu “Ecologia Integral”: as dimensões ambiental, econômica, social, cultural e da vida cotidiana estão interligadas e são iluminadas constantemente pelos princípios éticos do Bem Comum e da justiça entre as gerações.

Além de desmontar o mito da mineração como fator de desenvolvimento, JnT se propunha defender ou criar modos de vida e produção diversificados, que libertassem a região do corredor de Carajás da minero-dependência. A diversificação,

porém, reduziu-se principalmente à disputa de espaço entre a criação extensiva de gado, o eucalipto e a soja: continua ainda hoje a lógica voraz e cíclica do saque de recursos, do abandono dos territórios e da abertura forçada de novas fronteiras extrativas.

Direitos acima dos negócios

Aos onze anos de vida, em 2018, JnT recebeu o prêmio “Direitos Humanos e Empresas”, entregue na sala principal do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, pela Human Rights and Business Award Foundation: “Justiça nos Trilhos trabalha de maneira rigorosa e consciente em circunstâncias desafiadoras — sempre em estreita colaboração com as comunidades locais, cujos direitos fundamentais busca proteger” — afirmaram os organizadores.

Acreditar nas comunidades

Significa estar próximos delas, tocar com mão as violações que sofrem e consultá-las constantemente sobre as melhores estratégias a se construir juntos, para sair dos problemas detectados. JnT aprendeu e es-

truturou, ao longo dos anos, uma metodologia que consolida as denúncias das comunidades, documentando os danos sofridos, identificando os atores responsáveis, criando propostas para superar os impactos. Também os processos judiciais, nesta metodologia, vêm sendo construídos em constante interação com as pessoas que se consideram lesadas, para converter o sentimento de passividade em protagonismo popular.

Uma outra estratégia importante da rede é **promover direitos em vários planos**. Um pouco como aqueles jogadores profissionais de xadrez, que acompanham as jogadas em vários tabuleiros ao mesmo tempo. As comunidades apoiadas por JnT reivindicam direitos frente ao Estado e às empresas; a estratégia jurídica articula-se com a mobilização, a comunicação com a educação popular, a pesquisa com a divulgação de experiências inovadoras. A rede entrelaça-se em suas dimensões local, nacional e internacional, favorecendo troca de experiências e apoio recíproco nas resistências. Este tecido de alianças permite reduzir, um pouco, a enorme assimetria de poder que tão frequentemente desanima as comunidades.

O compromisso e a esperança firme da rede encontram seu alimento quando se conectam à **espiritualidade de resistência** das comunidades e povos tradicionais com quem atua. É a força dos encantados, que vinculam as comunidades quilombolas às suas raízes, aos antepassados, à fonte de vida de seus rios e terras. É a tradição dos valores ancestrais, que se comunica de geração em geração, como na festa da "menina moça" dos indígenas Guajajara. São as pastorais mais comprometidas das Igrejas, com que JnT vem se aliando

há tempo, confirmadas em 2015 pela radicalidade da encíclica de Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum, 'Laudato Si'. Mais recentemente, ao convocar um Sínodo Especial para a Amazônia, a Igreja Católica demonstrou estar compreendendo quanto esta terra esteja em disputa, e como o papel dos cristãos seja a defesa dos excluídos e mais ameaçados.

No novo contexto político de 2019, o Estado declara que vai favorecer ainda mais o avanço da mineração e do extrativismo. Pretende flexibilizar as leis ambientais e está desestruturando as instituições que deveriam favorecer a distribuição das terras e proteger as comunidades tradicionais. Enquanto cresce a violência no campo e o Brasil se destaca como o País do mundo em que houve mais assassinatos de defensores do meio ambiente, a impunidade e o incentivo a armar-se para se defender preanunciam a solução dos conflitos pelo viés da "justiça-com-as-próprias-mãos".

Por isso, é ainda mais necessário ser rede, voltar a tecer alianças amplas, especialmente em volta das experiências mais significativas de autodeterminação das comunidades em seus territórios. É tempo de desmascarar as ilusões de progresso, que concentram o bem estar no bolso de poucos e reduzem o futuro de nossas terras a poucas dúzias de anos. É tempo de dar nome e rosto às esperanças: a auto-organização da periferia em Piquiá, os territórios produtivos dos indígenas Akrãtikatêgê, a mobilização orgulhosa dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos...

**Não deixaremos
morrer esta
profecia!**





A ARTE COMO FERRAMENTA

DE DEFESA DOS DIREITOS NO CORREDOR CARAJÁS

Xico Cruz e
Mikaell Carvalho

Ator e diretor de teatro,
Ator e comunicador da Justiça nos Trilhos



Durante os 11 anos de existência da Justiça nos Trilhos, a arte teve um grande papel na defesa dos direitos das comunidades impactadas pela cadeia da mineração nos estados do Pará e do Maranhão. Ao todo já foram feitos quatro espetáculos teatrais, um espetáculo junino, circulação de uma exposição artística e três exposições fotográficas que retratam a vida dessas comunidades e danos provocados pela mineração. Ao longo desse texto, vamos conhecer um pouco sobre cada produção cultural.

Primeiro, vamos fazer um tour pelos espetáculos teatrais. Tudo começou no ano de 2009, com a construção do espetáculo "E ao pó voltaremos". A peça retratava o surgimento da comunidade de Piquiá de Baixo, do município de Açailândia (MA) e os impactos que sofreram depois que as siderúrgicas se instalaram nas proximidades do bairro. O trabalho teatral foi realizado por 10 jovens da cidade, que integravam o grupo Juventude pela Paz (JUPAZ). O texto e os personagens foram elaborados com base nos diálogos feitos com moradores e moradoras de Piquiá de Baixo. A montagem do espetáculo foi feita pelo diretor Xico Cruz.

Com base na pesquisa feita na comunidade, Cruz, trabalhou três meses na escrita e na montagem do es-

Apresentação da peça teatral
Buraco: um panfleto profundo
(Foto 1-2: Marcelo Cruz)

petáculo junto com jovens do JUPAZ. Foram poucas apresentações, porém os moradores e moradoras de Piquiá de Baixo, ao presenciarem o espetáculo, se reconheciam em cada cena e nos próprios personagens. Havia momentos durante a apresentação em que pessoas da comunidade interviam nas cenas e dialogavam com os atores e atrizes, como se o espetáculo transcendesse o palco e todo mundo fizesse parte do enredo. No palco, a encenação retratava a vida de um povo que luta por justiça e que não desistiu frente às dificuldades.

Além da comunidade de Piquiá de Baixo, o grupo também se apresentou em outros bairros da cidade de Açailândia e em outras cidades do estado do Maranhão, destacamos aqui a apresentação feita em setembro de 2009, na Romaria da Terra e das Águas, realizada no município de Codó (MA), com um público de mais de 2 mil pessoas.

Tendo que transformar os massivos dados sobre os impactos provocados pela cadeia da mineração nas comunidades localizadas às margens da Estrada de Ferro Carajás, em uma linguagem mais popular e acessível para os moradores e moradoras da região, a Justiça nos Trilhos continuou investido no processo teatral como ferramenta para formação política e fortalecimento do pensamento crítico das comunidades perante as ações de violações dos seus direitos.

O teatro na JnT assume esse papel e nasce o segundo espetáculo chamado "Que trem é esse?". Montada em 2010, a peça levou cinco meses para ser elaborada e novamente teve a parceria dos jovens do JUPAZ e de Xico Cruz. Em cena era retratado a vida de moradores e moradores



das comunidades impactadas pelo trem da empresa Vale S.A. Um processo mais demorado e muito mais minucioso, pois o trabalho de pesquisa foi realizado em várias comunidades de cinco municípios do corredor de Carajás.

Os depoimentos dos moradores e moradoras chocavam os atores, as atrizes e o diretor durante a pesquisa, que desconheciam os impactos sofridos por essas comunidades, que tinham suas casas rachadas devido a trepidação da passagem do trem, atropelamentos na ferrovia por falta de passagem seguras, com a falsa promessa de geração de emprego e desenvolvimento que provocava inchaço populacional, que por sua vez, desestruturava as comunidades e acabava agravando os níveis de violência local, além do aumento da pobreza.

O grupo realizou várias apresentações,

O teatro é uma excelente ferramenta pedagógica na luta por transformação social
03 - Cena do espetáculo Que trem é esse?
04 - Peça O Rei Testa de Ferro (Fotos: Marcelo Cruz)



principalmente nas comunidades entrevistadas. A peça também foi apresentada nos palcos do teatro Alcione Nazaré e Tapicuará, ambos da cidade de São Luís, capital do Maranhão. Mas para o grupo a apresentação mais significativa ocorreu no estado do Pará. O cenário foi montado no terreiro da casa de uma moradora, em uma comunidade que sofria com muitos impactos do trem da Vale, a vizinhança toda chegava para ver, cada um trazia sua cadeira e colocava no terreiro e esperava com os olhares curiosos a entrada dos atores em cena. O teatro é um espaço mágico que passa a existir quando se tem público e naquele terreiro foi a mais importante apresentação, o grupo cumpria com o seu papel de dialogar diretamente com o público no seu espaço, no seu terreiro, com aproximação e participação efetiva.

Em 2011, a rede Justiça nos Trilhos con-



tinuou apostando no teatro, para que as comunidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás tivessem suas histórias retratadas e que também pudessem depois prestigiar os espetáculos, uma vez, que, são localidades com pouco acesso às produções artísticas culturais. As peças elaboradas pela JnT também tinham esse papel sociocultural de levar a arte para locais sem acesso, levando informações e entretenimento de qualidade. Com esse pensamento foi montada a peça "O Rei Testa de Ferro", feita com manipulação de bonecos. Foi um espetáculo mais lúdico e bem divertido, que leva informação ao mesmo tempo, que arrancava risos da plateia. Esse espetáculo também foi gravado e exibido nas comunidades através de DVDs.

No mesmo ano foi elaborada a quarta montagem teatral, o espetáculo Buraco - um panfleto profundo. Desta vez a peça foi realizada com o grupo açailandense Cordão de Teatro. Retratava a exploração do minério na serra dos Carajás e os impactos sociais e econômicos para as comunidades. O espetáculo ganhou uma grande repercussão, foi apresentado inúmeras vezes, principalmente nas cidades do eixo São Luís (MA) a Parauapebas (PA).

Para a construção do espetáculo, o grupo fez uma boa pesquisa viajando pelas cidades ao longo da EFC, visitando a mina na Serra de Carajás e conhecendo de perto os impactos socioambientais provocados pelo projeto Grande Carajás. O espetáculo era uma sátira ao falso modelo de desenvolvimento impulsionado pela empresa mineradora Vale S.A, que explora minério de ferro e outras riquezas naturais, além de fazer uma dura crítica ao sistema político do país época, que avançava sobre direitos humanos e em muitos casos eram coniventes com a degradação ambiental.

Buraco era um espetáculo apresentado na rua, com músicas ao vivo, atores como palhaços e cenário portátil e todo funcional. Também tinham momentos que contavam com a participação ativa do público. Essa foi a última montagem teatral elaborada pela Justiça nos Trilhos. O teatro cumpriu o seu papel de instigar, a partir dos quatro espetáculos criados, o debate sobre os impactos provocados pela cadeia da mineração na vida das pessoas e no meio ambiente.

Visando alcançar novos públicos e extrapolar as fronteiras do corredor Carajás, em 2016, a JnT fez uma parceira com a quadrilha Junina Matutos do Rei, e levou para os arraiais o espetáculo "Verdade e Amor se encontrarão, Justiça e Paz se abraçarão: uma história sobre Piquiá de Baixo". O espetáculo junino trazia no seu enredo os problemas provocados pela poluição das siderúrgicas, a falsa promessa de desenvolvimento que tanto prejudica a comunidade de Piquiá de Baixo e a luta dos moradores e moradoras para reassentar a comunidade longe de todas as mazelas sofridas. A Junina Matutos do Rei conseguiu três títulos de primeiro lugar dentro do estado do Maranhão e uma vaga para o Festival Nacional da Quadrilhas Juninas



Apresentação da exposição fotográfica "Respiro: o ar poluído de Piquiá de Baixo" para os moradores do bairro (Foto: Marcelo Cruz)



Espectáculo da quadrilha junina Matutos do Rei abordou, em 2016, a luta de Piquiá de Baixo por reassentamento (Foto: Daniel Sena)



do Globo Nordeste, levando através da dança e da cultura junina, a história de vida e luta dos moradores de Piquiá de Baixo para um público totalmente novo, que se encantava com cada coreografia executada.

A arte é uma grande ferramenta para difusão da informação. Acreditando nesse papel, a JnT experimentou outras vertentes, para além do teatro e da dança: apostou em exposições fotográficas. "Uma imagem vale mais do que mil palavras" já dizia o filósofo chinês Confúcio. Partilhando desse pensamento foi criada a exposição fotográfica "Il Prezzo Del Ferro (O preço do ferro)", que circulou pela cidade de Verona, na Itália, no mês de maio de 2013, que reunia fotos do jovem fotográfico açailandense Marcelo Cruz. A exposição mostrou a realidade das comunidades que vivem à beira da estrada de ferro Estrada de Ferro Carajás, que sofrem com constantes impactos negativos gerados pela cadeia da mineração como falta de passagens seguras para o atravessamento da ferrovia, casas rachadas pela trepidação das passagens do trem, moradores vendendo pratos de comidas nas estações ferroviárias para sobreviver, uma vez que o desenvolvimento prometido nunca chegou.

Em 2014, os registros fotográficos de Marcelo Cruz também renderam uma nova exposição, batizada de "Respiro". As fotos retratavam a vida dos moradores de Piquiá de Baixo e os impactos gerados pela poluição do polo siderúrgico na comunidade. A exposição circulou pelas cidades maranhenses de Açailândia, Imperatriz e São Luís. Em certas ocasiões, moradores de Piquiá de Baixo apresentam a exposição ao público dando também seu testemunho sobre a vida e a luta da comunidade.

Exposições fotográficas possibilitam que públicos que vivem outras realidades passem a conhecer, através de cada registro exposto, novas situações, novas histórias, permitem conhecer um pouco o mundo do outro e, assim, partilhar vivências. Em 5 de novembro de 2015, ocorreu um o maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Minas Gerais, que era administrado pela empresa Samarco/Vale/BHP, o crime de Mariana, como ficou conhecido, destruiu vidas, casas, plantações e o grande Rio Doce.

Toda essa tragédia foi representada pela exposição artística "O Rio que era Doce: os danos irreversíveis da mineração", que contou com uma grande maquete que replicava todo o percurso feito pela lama de rejeito e a destruição que ela provocou, junto com uma tela gigante feito por uma artística plástica argentina e, por



fim, também foi composta por infográficos e fotografias expondo como ficaram os locais após o desastre e também informações sobre os impactos negativos da mineração em outras regiões do país. A exposição foi criada, em 2016, pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, para alertar sobre os riscos que as barragens representam e também instigar um debate mais crítico sobre a exploração da mineração no Brasil.

Em 2017, a Justiça nos Trilhos estabeleceu uma parceria com o Comitê para exposição circular pela cidade de Belém (PA) e nas cidades maranhenses de Açailândia e São Luís, acrescentado ao corpo da exposição fotografias sobre as comunidades impactadas pela cadeia da mineração nos estados do Pará e do Maranhão. Nesse circuito, a exposição recebeu o nome “Do Rio que Era Doce ao outro lado dos trilhos: os danos irreversíveis da mineração”. Nos espaços, além das peças expostas, também ocorriam aulas públicas e debates, com participação de moradores e moradoras de comunidades impactadas pela cadeia da mineração de ambos os estados, que propiciou uma troca de saberes e informou a sociedade sobre os danos que a mineração provoca.

Chegando em 2018, a JnT promoveu, junto com indígenas guajajaras, da aldeia Piçarra Preta, da Terra Indígena Rio Pindaré, no município de Bom Jardim (MA), a exposição fotográfica “Retratos da festa da Menina Moça”, que foi apresentada na aldeia no mês de dezembro. Os registros

expostos foram feitos por comunicadores e comunicadoras populares que presenciaram o ritual no mês de setembro de 2018. Com duração de três dias, o rito é realizado quando os adolescentes entram na puberdade.

Durante a exposição os moradores e moradoras da aldeia se emocionaram ao ver as fotografias e ficaram contentes pela oportunidade de manter a história viva também através das fotos. No fim da exposição, os jovens e seus familiares fotografados puderam levar para casa as fotografias que estavam expostas. A exposição teve um papel importante de registro histórico do ritual e da cultura guajajara. Destacamos que uma das fotografias exposta, feita pelo comunicador da JnT, Mikael Carvalho, venceu o concurso de fotógrafos da Fundo Brasil de Direitos Humanos 2018.

A Justiça nos Trilhos continua acreditando na arte como agente transformador da realidade e como ferramenta de defesa dos direitos humanos, por isso, seguiu identificando espaços de linguagens artísticas e culturais já existentes nas comunidades. Estamos fazendo o papel de escuta do som do tambor, dos maracás, do cordel, do divino, da rede alçada nos campos de pesca, da musicalidade da vida, imaginando para os próximos anos o que podemos construir de forma coletiva com e para as comunidades ao longo da EFC. A arte tem um papel transformador, tanto para quem produz quanto para quem se alimenta dela.



05



06



07

O PREÇO DO FERRO
 EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO
 DIA 29 JUNHO 2012 | LOCAL: 10º SALIMP - SALÃO DO LIVRO DE IMPERATRIZ
 CENTRO DE CONVENÇÕES - IMPERATRIZ - MA
 ÀS 16:00h
 Fotos de Marcelo Cruz | Rede Justiça nos Trilhos

05 - Exposição do Rio que era Doce ao outro lado dos Trilhos: os danos irreversíveis da mineração (Foto: Edmara Silva)

06 - Exposição fotográfica Retratos da festa da Menina Moça (Foto: Mikael Carvalho)

07 - Exposição fotográfica O Preço do Ferro (Foto: Marcelo Cruz)



Diante dos projetos de desenvolvimento, comunidades organizadas barram mineradoras

Daniela Souza

Jornalista

O tema parece ser bastante factual, mas a mineração faz parte do cotidiano de centenas de pessoas e virou um poço sem fundo que atinge comunidades tradicionais como ribeirinhos, quilombolas e agricultores. Mas a sociedade civil organizada tem conquistado espaços e fez ecoar os problemas ligados à mineração. Algumas vitórias foram adquiridas na empreitada de defesa ambiental como mobilizações, produção de documentários, debates nas universidades, novas parcerias e inserção de comunidades tradicionais na luta diária em defesa do seu território.

No Chile, por exemplo, uma dessas conquistas exitosas ocorreu quando a sociedade civil do país conseguiu barrar o projeto de mineração binacional intitulada de mina Pascua Lama. Parece impossível que isso possa acontecer, mas a área localizada na fronteira entre Chile e Argentina, com aproximadamente de 4.500 metros de altitude, cercada por geleiras, conhecido por Cordilheira dos Andes, tornou-se exemplo mundial de que é possível sim parar projetos de mineração.

No dia 18 de janeiro de 2018, a Superin-

tendência do Meio Ambiente (SMA) determinou o fechamento da mina em Pascua Lama e o pagamento de multas por danos ambientais no Chile. Segundo informa o site Em.com.br/Internacional, a mineradora canadense Barrick Gold, proprietária da Pascua Lama, foi acionada para não mais explorar uma das maiores jazidas de ouro e prata do mundo.

“A Superintendência do Meio Ambiente do Chile (SMA) decretou o fechamento total do projeto de extração devido a infrações cometidas pela empresa no ambiente local, entre elas, danos irreparáveis. Além de encerrar as operações, a mineradora terá que também pagar uma multa no valor de 11,6 milhões de dólares”, ressaltava a notícia divulgada no dia 18 de janeiro de 2018.

Para ter uma ideia, uma das 33 violações da Pascua Lama foi pontuada pelo órgão ambiental chileno a partir das normativas ambientais, causadoras de danos à fauna e flora nativas. A violação descrita pelo site de notícias internacional, o Funiblog, informou que a empresa não seguiu o controle correto sobre as geleiras e “lançou resíduos às águas de um rio próximo, que

abastece comunidades da região". Além disso, o motivo do fechamento, divulgado através da superintendência, aconteceu graças aos esforços de pesquisas e análises levadas a cabo por uma equipe multidisciplinar.

O fechamento aconteceu a partir do envolvimento de organizações, pesquisadores e, sobretudo, da comunidade, que entendeu a gravidade do processo que estava prestes a ser implementado. O trabalho envolveu pesquisa e revisão de milhares de páginas de documentação, relatórios, visitas ao terreno, relatórios a especialistas e serviços públicos.

Após barrarem o tal projeto, a decisão de parar a extração mineral foi comemorada por comunidades indígenas chilenas que denunciam há anos os impactos ambientais conhecidos do "Projeto colossal", organizado a partir da mina Pascua Lama. A superintendência justificou a ação em nota à imprensa e complementou a informação ao comunicar que a sanção também ocorreu em função do "despejo de águas ácidas em um rio próximo, que abastecia comunidades da etnia 'diaguita'".

Desde 2013, as comunidades sofriam com os impactos da mineradora Barrick Gold, companhia canadense, que recebe por mês cerca de 60% do lucro. Somente em 2014, conseguiram parar as operações por ordem do Tribunal Ambiental Chileno. A Barrick é a maior produtora de ouro do mundo e, naquele ano [2014] de impedimento das atividades, anunciou uma queda no faturamento de US\$ 314 milhões de dólares e, parte disso, foi devido às mudanças na exploração da mina.

Outro exemplo, bem próximo ao Bra-

sil, ocorreu em 2017, em mais um país latino-americano: o projeto de mineração do município de Cajamarca, situado no estado de Tolima, na Colômbia. As mineradoras arquitetaram para instalar no município o projeto de extração de ouro. Os moradores, mobilizados pelos militantes e sociedade civil, organizaram um plebiscito, que de forma contundente deu o aval: 97,9% dos votos foram contrários ao empreendimento.

De acordo com informações do Instituto Humanitas Unisinos, que publica a Revista IHU on-line, os ambientalistas opositores ao projeto de mineração a céu aberto perceberam que a infraestrutura ameaçaria os recursos hídricos da região de Tolima. "Um dos lemas da campanha contra o empreendimento foi 'Sem ouro se vive, sem água se morre': 6.165 pessoas rejeitaram o projeto e apenas 76 (1,2%) foram favoráveis a ele. A cidade tem cerca de 20 mil habitantes e 16.312 pessoas estavam habilitadas a votar".

A responsável pela mineradora é a empresa sul-africana de mineração de ouro AngloGold Ashanti. Segundo ressalta o portal online da Unisinos, a empresa tem uma concessão do Estado colombiano que lhe permite explorar uma mina em Cajamarca. A mina, "intitulada La Colosa, é um dos maiores projetos de mineração do país e poderia se converter em uma das maiores minas de ouro da América do Sul", destacou o portal.

Diante da derrota na consulta pública, a AngloGold Colômbia explicou que prezam pelos 'mecanismos de participação cidadã e seus resultados', ato que soou como disfarce diante da rejeição dos que votaram contra. A obediência à comuni-

dade só aconteceu porque na Colômbia é lei que os resultados dos plebiscitos devem ser respeitados. A conquista dos moradores de Tolima ganhou as páginas de sites nacionais. Foi um marco histórico porque o projeto previsto para ser implementado na região continha fortes ameaças à população, ao meio ambiente e ao país: era para ser executado a céu aberto e na fase inicial ocuparia 515 hectares, boa parte em área de reserva natural.

E é justamente nesse território que se encontra a maior concentração de biodiversidade e fontes de água da região. Toda a estrutura de recarga hídrica é a fonte principal de subsistência e renda das populações da cidade. O fato dos moradores entenderem esses processos de obstrução dos recursos naturais foi uma vitória inicial por parte dos militantes.

Mas o que esses exemplos têm em comum com as nossas vidas? Parece ser experiências tão distantes dos nossos cotidianos, do trabalho, do convívio familiar. Porém, é preciso lembrar que são países da América do Sul. Algumas capitais brasileiras fazem fronteiras com esses países. Assim como no Chile e Colômbia, no Brasil há diversas organizações, indígenas e comunidades atingidas pela mineração que se unem e estão na luta diária contra os projetos de desenvolvimento que disseminam desgraças por onde passam.

Nada aconteceu do dia para a noite. Esses países encararam, a duras penas, as dificuldades até chegar a esse momento. No Brasil também existem defensores ambientais e de direitos humanos e são exemplos de que no país existem pessoas dispostas a encarar a extração mineral e têm trabalhado para que haja indenizações, barrar sistemas de extração mineral e

persistem para que a mineração só ocorra de forma a não prejudicar a população e ao meio ambiente.

A prova disso é o momento forte e simbólico, vivido atualmente, é o reassentamento histórico da comunidade de Piquiá de Baixo, localizado no município de Açailândia, estado do Maranhão. Após 30 anos de manifestações e resistências diante das injustiças, a comunidade será remanejada para outro local, longe da poluição de siderúrgicas, que operam em função da empresa Vale S.A, exploradora e transportadora de minério de ferro, por meio de trens que atravessam os estados do Pará e Maranhão, até serem descarregados no Porto de Itaqui, na capital maranhense São Luís.

Por meio das mobilizações, pressões judiciais e incontáveis relatórios, pesquisas, documentários e muita resistência, os moradores de Piquiá conseguiram que a empresa Vale S.A, assim como as siderúrgicas e órgãos públicos, tivessem que arcar com parte do recurso para remanejar 312 famílias para o 'Piquiá da Conquista', nome dado ao novo bairro pelos próprios moradores.

Os links podem parecer desconexos, as conquistas podem não ter sido tão grandes como as da Colômbia e Chile de barrar mineradoras multinacionais, mas os movimentos sociais e sociedade civil organizada exercem diariamente o dever de cobrar dos órgãos públicos o cumprimento de suas funções, e procurar saídas para beneficiar a todos/as: fauna, flora, ser humano e meio ambiente. A esperança parece ter dado espaço ao desespero, mas as experiências exitosas, encontradas diariamente, demonstram que os sonhos das comunidades, diante desses projetos, ainda são possíveis de serem realizados.

MANA, AJEITA O CABELO QUE É PARA O RIO GOSTAR DE TI!

Marina Praça

Educadora popular do Instituto
Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)

“**M**ana, ajeita o cabelo que é para o Rio gostar de ti”.

“Aqui as coisas só andam por puxirum [mutirão], é como sempre fizemos nos quilombos!”.

“Eu rezo nas costas dos homens quando vejo que eles vêm com agressividade. Aí passa ou eu me fortaleço”.

“Para produzir andiroba boa não pode passar olho ruim, não pode ter mulher menstruada. Senão o óleo sai rançoso”.

Caminhando uns dias por passagens de igarapés, de andirobais, de mulheres-sabedoria, chão de solo úmido, de luta pela terra contra a grilagem corporativa, dos quilombos, das matas amazônicas que vivem junto aos grandes rios, pude entender um pouquinho (bem pouquinho) sobre as diversas formas de viver nesses lugares. Pude colher os aprendizados por meio da escuta atenta, afetuosa, a partir da minha partilha e vivência de irmã de luta vinda da urbanidade carioca e suas resistências que são da cidade, mas que também têm terra, cultivo, mulheres-rios.

As diversas formas de olhar o mundo, vivê-lo, senti-lo me colocaram para pensar nos sentidos, nas narrativas e na vida

mesmo, nua e crua. Olhares, corpos e formas de estar no mundo desde as mulheres, num olhar feminino, são de onde venho pensando.

A minha (nossa) caminhada seu deu no encontro com formas de vida intrínsecas à natureza, à luta com os pés no chão e ao sutil no ser resistência em territórios marcados pela presença e pelos impactos dos megaprojetos de desenvolvimento. Projetos de mineração, de siderurgia e de apropriação de terras pelo agronegócio e pela grilagem corporativa exercida principalmente pela Empresa Vale no sudoeste do Pará, ao longo da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão e no Pará, e adentrando nas florestas amazônicas no município de Oriximiná-PA.

Os pensamentos também caminharam para pensar o sentido de certos termos que tanto discutimos em nossos espaços. “Desenvolvimento”, “Grandes projetos”, “Riqueza” – Afinal, o que essas palavras, tão presentes em nossas lutas e discursos, trazem de sentido para nós?

Num encontro, ano passado, ouvi de Antônia Melo, mulher grandiosa, resistência viva do movimento Xingu Vivo contra

Belo Monte e Belo Sun em Altamira, que devíamos nós (militantes, movimentos, organizações que lutam por terra, território contra os projetos de morte e de extermínio ditos como de “desenvolvimento”) parar de chamar esses projetos de grandes. Por que colocá-los num lugar de valor se de grandeza eles não têm nada? No fim das contas, quando falamos da grandeza, falamos da grandiosidade dos impactos, queremos dizer do quanto eles nos impactam. Entretanto, pensar por onde caminha nossa narrativa de luta também é importante em nossos caminhos de re-existências. Enquanto demarcamos nossos inimigos como grandes, olhamos pouco para as nossas riquezas e para as formas de vidas humanas tão desenvolvidas e presentes nos territórios.

Mulheres agricultoras, lutadoras pela terra, trabalhadoras de casa, cuidadoras da vida e da manutenção dos laços e vínculos comunitários, foi com elas que encontrei e dialoguei ao longo dessa caminhada de duas semanas que vivenciei no fim do ano passado. Os saberes vindos “assim, assim”, em conversas despropositadas e o viver compartilhado com elas, um pouquinho em suas formas de “viver-vividas”, me colocaram em situações nas quais me senti em maior estado de experiência e aprendizados.


No primeiro dia pela região, em

Canaã dos Carajás, sendo convidada e recebida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), presente no território, e por mais de 50 mulheres lutadoras pela terra, viventes de acampamentos e assentamentos na região, recebi, de presente, uma poesia de Nanci da Silva, que falava de começo:

“Somos mulheres da terra!

Somos tantas Marias
Sementes da liberdade,
Senhoras do tempo e
Das estações da lua...”

Essas Marias, em busca constante por liberdade, encontram-se todos os dias com a necessidade de firmar suas existências e formas de vida em embate direto com os interesses e as lógicas destruidoras que vêm junto aos megaempreendimentos. A demanda por aço, ferro, alimentada à larga escala, nunca vem embasada numa discussão junto a quem vive nos territórios invadidos e destruídos pela lógica do “desenvolvimento”. Afinal, essas produções são para quê? Para quem? Para nutrir que populações? O que quem vive ali vivencia de avanços?



Na prática, esse modelo só gera a ruptura do envolvimento e da relação imbricada existente entre as comunidades, seus territórios e saberes. Os igarapés, as matas que são grandes boticas, os aprendizados que vêm das relações comunitárias vão se esvaindo todos os dias com a chegada de imensidões de máquinas e impactos que destroem os rios que fluem, trazem e levam, e constroem em seu movimento um tanto dessas riquezas dos encontros, dos laços e das práticas comunitárias.

As senhoras do tempo constroem suas teorias e ensinamentos na lida do dia-a-dia, no encontro com a natureza, no tempo de contemplação, no estarem junto ao sol, às estrelas, ao que a vida traz de riqueza, de beleza e de envolvimento. Ali é possível aprender a força, a intuição e a capacidade de sermos muito mais em confluência.

Ver que existem mil e uma formas de vida a serem vividas me fizeram enxergar adiante. Perceber que toda nossa racionalidade e percepção urbanas, vividas nos centros de poder do país, são limitadas demais da conta.

O projeto de avanço do capital sobre as terras amazônicas, a grilagem moderna de terras públicas, o "fim" da Funai e a flexibilização de diversas leis ambientais e de proteção de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais que estamos vivendo

nesse exato momento, não podem ser ignorados. Assim como não podemos ignorar que se vive, desde os tempos da colonização, resistindo. Estamos sobrevivendo aos ataques de desumanidade instaurados pela lógica do capital.

Resistem, assim, imersas num cotidiano demarcado pela necessidade de firmar a existência de vida. Das mulheres que são amadas pelo rio, que se juntam no pixirum, que rezam para se fortalecer, que colhem andiroba e produzem esse óleo a partir da herança ancestral dos povos da floresta.

Os megaprojetos precisam enfrentar a grandeza, o envolvimento e a riqueza dos cotidianos de vida aonde eles vão se alocando para poder seguir destruindo terras e produzindo vazios. E nós precisamos, todos os dias, valorizar, fortalecer e multiplicar a potência das formas de vida diversas que nos ensinam a ser mais do que o contorno de nossos corpos, mais do que a estrutura mental racional colonizada e colonizadora, da qual somos formados, para avançarmos para uma compreensão maior da vida. E fazer sentindo ser vivo!

Aprendi tudo isso (que ainda é tão pouco!) nessa curta caminhada. E logo que ouvi da menina Soraya, de uns oito anos, o aviso do rio, ajeitei meu cabelo, com ajuda de quem o conhece bem.

DESPERTAR PARA SONHAR,

uma outra realidade é possível

Entrevista com Antônia Flávia da
Silva Nascimento, 23 anos.

Antônio Guajajara,
Domingos de Almeida,
Joércio Pires "Leleco"
Lanna Luiza Silva

Coletivo PingaPinga



“Enquanto tiver força, lutarei por eles”. Foi assim, em meio às lágrimas de emoção e o sorriso da partilha, que Flávia respondeu ao perguntarmos que mensagem teria para os dois filhos daqui a 10 anos. A força da jovem negra de 23 anos, moradora do Piquiá de Baixo, filha de dona Maria José (63 anos) e seu Adelson Ferreira (80 anos) e mãe de Aylla Sophia (4 anos) e Miguel (1 ano), é fonte de pura inspiração. Durante a visita à comunidade, fomos convidados por ela para conhecer a casa de sua família, lugar onde cresceu e vive até hoje. A mãe dela, dona Maria José, nos recebeu com um sorriso contagiante e já foi espalhando cadeiras pelo terreiro. Limpa daqui limpa dali, aos poucos os assentos, que estavam cheios de pó de ferro, formaram uma bonita roda para o momento de escuta. E foi ali mesmo, próximo de um bar, onde alguns rapazes cortavam cabelo, e com o barulho dos carros que passavam pela BR 222, que Flávia começou a nos contar a sua história.

Começa a conversa confessando quem é Flávia para Flávia: “Eu me considerava muito chata, muito ignorante entre a família e amigos. Mas depois que eu me adequei a esses projetos, à igreja e à associação, a tudo que sou encaixada hoje, eu já aprendi muita coisa. Aprendi a conviver entre as pessoas e saber o que falar”. Além das responsabilidades domésticas, ela divide seu tempo em ser tia-mãe de duas sobrinhas. É pesquisadora no projeto “Vigilantes populares em saúde”, que acompanha a poluição do ar na comunidade, o qual recentemente ganhou prêmio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, a FAPEMA. E não para por aí, Flávia ainda é a 2ª secretária da Associação dos Moradores de Piquiá. Para ela, as primeiras lutas foram marcantes. O empoderamento coletivo foi descrito com ar saudoso do momento vivido: “A gente enfrentou chuva, sol, polícia, os poderosos, e, mesmo assim, a gente estava lá. Então, foi isso que incentivou a gente a ir mais pra frente, foi saber que não era aquela luta que ia nos deixar cair e sim nos fortalecer ainda mais”.

O despertar para a luta veio com os convites de padre Dario e Jordania. E explica: “A gente, sabendo que o nosso bairro é poluído, tem uma luta muito grande, eu espertei por conta disso. Até porque, como eu falei, eu não sabia desse processo de reassentamento, pra mim era um tanto faz, mas aí, depois do convite para entrar na diretoria, no projeto e de algumas

formações que a gente é convidado pela Justiça nos Trilhos, a gente despertou ainda mais o nosso olhar para o bairro". Ao diferenciar as Flávias, antes e depois de adentrar no movimento de luta, ela nos diz assim: "Eu digo que foi ser mãe. Pra mim foi isso. Antes eu era apenas uma adolescente e hoje eu sou uma mãe, dona de casa, que tem os meus pais para cuidar, que não estão mais tão novos".

A guerreira Flávia aproveita o afloramento da consciência para refletir sobre o comportamento dos jovens da comunidade, e, nos diz, que eles "têm que participar mais e, quando participarem das formações, eu acho que eles têm que chegar em casa e falar para os pais sobre o que eles viveram de uma forma construtiva". E completa: "Antes, eu não brigava porque não sabia, hoje eu brigo porque eu sei. A gente só conquista alguma coisa quando a gente tem fé e quando a gente vai à luta. Então é assim, as pessoas têm que saber que nada na vida é fácil. A gente tem que ir com força e com fé que, um dia, a gente consegue. E, assim, é a nossa luta, dessas 312 famílias que resolveram optar pelo reassentamento".

Quando perguntamos o que é mais difícil nessa luta, ela nos surpreende com mais um ensinamento. "Antes eu achava que eram alguns moradores. Depois que a gente foi para a manifestação na frente da Geap (Caixa Econômica Federal), em São Luís, não acho mais que eram aqueles moradores que não acreditavam. Hoje eu sei que difícil são aquelas pessoas que estão lá no poder e que acham que podem tudo, fazer o que bem quiser, que as pessoas podem morrer aqui, mais e mais, que podem pegar mais pó na cara, que as crianças podem adoecer e eles não estão nem aí, porque eles não estão sentindo".

Flávia recorda com alegria o espetáculo da quadrilha Matutos do Rei sobre o Piquiá de Baixo. "Foi um espetáculo bonito e crítico. A quadrilha ganhou e foi representar o Maranhão em Recife. Tivemos um espetáculo belíssimo. É um bairro conhecido mundialmente e que dá força para outras pessoas lutarem".

Ao final desse momento de partilha, saímos renovados. Aprendemos que despertar é caminhar com as próprias pernas e de mãos dadas com a comunidade. Sonhamos com outra realidade. E, mesmo com o passar das horas, dona Maria José, mãe de Flávia, nos contagiou com toda sua energia e entusiasmo, "ainda não vão crianças, vamos jogar prosa fora".



CHORAMOS COM A MÃE TERRA

lágrimas de lama e sangue

Não à impunidade!

A rede Igrejas e Mineração chora junto às vítimas do crime ambiental de Brumadinho, Minas Gerais (Brasil). Estamos escrevendo hoje desde esta comunidade violada, que bem conhecemos e voltamos a visitar, após termos celebrado com ela várias vezes, na caminhada, a vida e a resistência frente à expansão da mineração. Escrevemos também desde as muitas comunidades latino-americanas atingidas pela violência arrogante do extrativismo, hoje abraçadas silenciosamente à pequena Brumadinho, em lágrimas. Estamos solidários às famílias das vítimas e às comunidades de fé, que terão o árduo desafio de reconstruir a esperança. Unimo-nos também à Arquidiocese de Belo Horizonte, que, com as palavras do Evangelho, definiu a tragédia como “abominação da desolação”, referindo-se aos “absurdos nascidos das ganâncias e descasos com o outro, com a verdade e com o bem de todos”. Seguimos acompanhando e assessorando as igrejas empenhadas nos territórios feridos pela mineração e em todos os conflitos abertos entre empresas extrativas e comunidades (só no Brasil há mais de 70 Dioceses onde

foram mapeados conflitos).

A impunidade consolida o crime

A empresa Vale S.A., junto à BHP Billiton, é responsável por 19 mortes e pela contaminação da bacia do Rio Doce, em 05 de novembro de 2015. A repetição do mesmo dano, três anos depois, com um rastro de mortes e destruição bem mais grave, é a confirmação de gestão e prevenção dos danos, de descaso e de conduta criminal. Esta responsabilidade envolve também o Estado, que licencia os projetos extrativos e deveria monitorá-los para garantir a segurança e a vida digna das comunidades e do meio ambiente. A responsabilidade do Estado é dupla, porque a impunidade e a falta de reparações completas e suficientes para as vítimas do crime de Mariana foi uma das condições principais que permitiram o novo crime de Brumadinho.

Portas giratórias

De braços dados, o capital das mineradoras e o poder político facilitam a insta-

lação ou ampliação de grandes projetos extrativos, minimizando as condicionantes e as regras de licenciamento dos mesmos. A própria mina Córrego do Feijão, cuja barragem de rejeitos estourou, obteve em dezembro de 2018 licença ambiental para expansão de 88% de suas atividades. No Conselho de Políticas Ambientais do Estado de Minas, só o Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC) votou contra esta expansão, denunciando mecanismos “insanos” para reduzir as exigências no licenciamento de empreendimentos de mineração de grande porte. Não se podem denominar “acidentes ambientais” os desastres provocados por condutas irresponsáveis das empresas aliadas ao poder público.

Sociedade civil organizada, mas não escutada

Desde 2011 a população de Brumadinho e da região manifesta-se de forma organizada contra a mina, seus impactos e ameaças. O FONASC, em dezembro de 2018, escreveu comunicação oficial ao Secretário Estadual de Meio Ambiente, pedindo a suspensão do licenciamento da mina Córrego do Feijão. A Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale denunciou na Assembleia Geral dos Acionistas da Vale, em abril de 2018, “o perigo do reiterado processo de redução de custos e despesas em suas operações”, fazendo explícita menção a diversas barragens de rejeitos. Os responsáveis por estes crimes não podem alegar ou justificar desconhecimento dos riscos e ameaças. Ao contrário, em nome da ilusão do “pro-

gresso” e do lucro para muito poucos, há desqualificação sistemática das vozes dissonantes, dos que pedem cautela e cuidado, dos que identificam os riscos e exigem processos de licenciamento detalhados e escuta da população ameaçada, afetada ou atingida pelos projetos. Teimosamente, fazemos ressoar as palavras de Papa Francisco na encíclica ‘Laudato Si’: “no debate, devem ter um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos e podem ter em consideração as finalidades que transcendem o interesse econômico imediato” (LS183).

Flexibilizar até quebrar

O Presidente recém-eleito no Brasil, atendendo às pressões de quem financiou sua campanha, manifestou o plano de flexibilizar ao máximo o controle e licenciamento ambiental. Criticou a suposta “indústria da multa ambiental”; seu Governo esvaziou de atribuições a pasta do Meio Ambiente, suspendeu contratos com ONGs empenhadas em defesa do meio ambiente, extinguiu secretarias que trabalhavam para políticas públicas contra o aquecimento global. Também os governos anteriores facilitaram a expansão desregrada da mineração no País, promovendo o Plano Nacional de Mineração e reformulando, por decreto, o Marco Legal da Mineração. Os acontecimentos recentes demonstram, violentamente, que estas políticas são um suicídio coletivo e uma ameaça à vida das futuras gerações. Este modelo de crescimento é insustentável e letal;

não se pode chantagear quem precisa de emprego para sobreviver em regiões controladas pela mineração, sem garantir ao mesmo tempo segurança, saúde e bem-estar social. Os problemas não se resolvem “apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos”. “Não é possível conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. Trata-se simplesmente de redefinir o progresso” (LS 190, 194).

Falsos diálogos

Frequentemente, as empresas e os governos apelam à mediação dos conflitos com as comunidades através do “diálogo”. Buscam, inclusive, a intermediação das igrejas, para oferecer a estes processos maior credibilidade.

Também institucionalmente tem-se investido em mediações extrajudiciais e

termos de ajustamentos de conduta para tornar mais efetiva e rápida a reparação de danos e violações ambientais. A falta de execução das mitigações e reparações, a leniência em prevenir novos desastres e a repetição de práticas irresponsáveis e criminosas confirmam: este tipo de proposta não é um diálogo verdadeiro. É uma estratégia das empresas para seduzir a opinião pública, garantindo uma espécie de licença social para poluir, reduzir a resistência popular e iludir que o grande capital pode se converter aos valores da sustentabilidade e do bem comum. Mais que neste “diálogo”, assimétrico e desrespeitoso, acreditamos nas regras democráticas de proteção ambiental e dos direitos das populações e em autoridades que efetivamente monitorem seu respeito e punam quem as violar. Apoiamos um Tratado Vinculante para Empresas e Direitos Humanos, em nível internacional, e na responsabilização judicial, eficaz, rápida e consistente, de quem aposta na impunidade ou, no máximo, na leve incidência financeira de raras multas aplicadas. Crime socioambiental não é acidente!

**Desde Brumadinho e desde
América Latina, 26 de janeiro de 2019**

INDICAÇÕES DA JUSTIÇA NOS TRILHOS

Materiais nos mais diferentes formatos (vídeos, relatórios, cartilhas, áudios, etc) foram produzidos pela **Justiça nos Trilhos** e por parceiros ao longo dos anos. Abordam temáticas ligadas ao setor de mineração e siderurgia, tratam de direitos humanos, impactos e resistências e ajudam no melhor entendimento sobre esses assuntos. Fizemos aqui uma seleção de alguns desses materiais com indicação de onde encontrar.



A peleja do povo contra o dragão de ferro – Carajás 30 anos

Documentário - Ano: 2014

Duração: 1:10:33

Produção: Murilo Santos e Justiça nos Trilhos.

Concentra-se em abordar os impactos da duplicação da ferrovia e ampliação do Projeto Grande Carajás, interpretado como uma segunda versão do Programa Grande Carajás. Essa produção fez parte da construção do "Seminário Internacional Carajás 30 Anos: mobilizações e resistências frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental".

Acesse: <https://bit.ly/2De9bXr>



Que trem é esse? Guia prático para defender-se das violações da Vale

Cartilha - Ano: 2011

32 páginas

Produção: Justiça nos Trilhos

Trata sobre os incômodos, danos e conflitos causados pela Vale em comunidades do corredor Carajás, além de trazer orientações sobre como essas comunidades podem se organizar para não serem enganadas pelas promessas da empresa.

Acesse: <https://bit.ly/2Mh142X>



Desastre na Bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais

Livro - Ano: 2018

216 páginas

Produção: Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em mobilizações sociais (UFES) e do Observatório Interinstitucional Mariana Rio Doce (UFMG-UFES-UFOP).

Apresenta ao público geral e aos próprios atingidos de Mariana um balanço acerca das reivindicações e processos institucionais em curso, além de provocar reflexões e autorreflexões sobre a atuação da universidade, da ciência e de instituições de justiça.

Acesso: <https://bit.ly/2UQrDMM>



Relatório FIDH: quanto valem os direitos humanos?

Ano: 2011 – 104 páginas

Produção: Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), em parceria com as organizações Justiça Global e rede Justiça nos Trilhos.

A pesquisa está centrada na descrição e análise dos impactos e danos ocasionados pelas atividades da cadeia minero-siderúrgica no município de Açailândia, em particular aos habitantes da comunidade Piquiá de Baixo e do Assentamento rural Califórnia.

Acesse: <https://bit.ly/2E5cBgx>



Revista Não Vale - Privatização da Vale. Mineração no Carajás: balanço de 30 anos. O segredo do sucesso da Vale. Poluição da Vale em São Luís

Produção: Justiça nos Trilhos

Ano: 2010/2011 - 74 páginas – Edição I

Aborda as contradições da mineração, a partir do contexto do 'sistema Norte' da empresa Vale (Pará e Maranhão), que alcança também uma dimensão internacional.

Acesse: <https://bit.ly/2GIqNOx>

PARA CONHECER MAIS ACESSE NOSSO SITE:
[HTTP://JUSTICANOSTRILHOS.ORG/](http://justicanostrilhos.org/)



Organização:



Apoio:

